



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

José Alexandre Queirós Peixoto da Silva

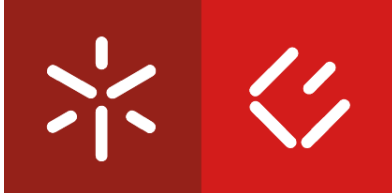
**Oportunidades de Negócio e
Desenvolvimento Económico em
Regiões de Baixa Densidade:
O Caso dos Municípios do Alto Ave**

**Oportunidades de Negócio e Desenvolvimento Económico em
Regiões de Baixa Densidade: O Caso dos Municípios do Alto Ave**

José Alexandre Silva

Uminho | 2017

outubro 2017



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

José Alexandre Queirós Peixoto da Silva

**Oportunidades de Negócio e
Desenvolvimento Económico em
Regiões de Baixa Densidade:
O Caso dos Municípios do Alto Ave**

Designação do Mestrado
Mestrado em Economia Industrial e da Empresa

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor João Cerejeira

DECLARAÇÃO

Nome: José Alexandre Queirós Peixoto da Silva

Endereço eletrónico: pg29282@alunos.uminho.pt

Telefone: 916 065 899

Número do Cartão de Cidadão: 14493928

Título dissertação: Oportunidades de Negócio e Desenvolvimento Económico em
Regiões de Baixa Densidade: O Caso dos Municípios do Alto Ave

Orientador: Professor Doutor João Cerejeira

Ano de conclusão: 2017

Designação do Mestrado: Mestrado em Economia Industrial e da Empresa

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS
PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO
INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 30/10/2017

Assinatura: _____

Agradecimentos

O desenvolvimento e concretização desta dissertação não teria sido possível sem a colaboração e apoio de algumas pessoas, pelo que gostaria de fazer alguns agradecimentos sinceros.

Antes de mais quero dedicar este espaço às pessoas mais importantes do mundo para mim, aos meus pais, à minha querida irmã e aos meus avós. Pela educação que me deram, pelo investimento que fizeram em mim, pela confiança que sempre depositaram e pelo amor incondicional.

Ao Professor Doutor João Cerejeira pela orientação e acompanhamento contínuo, em todas as suas fases de desenvolvimento, desde a origem à sua conclusão. Pela sua compreensão e paciência e pelas sugestões e espírito crítico.

Aos participantes do estudo por terem criado condições para que as entrevistas se realizassem.

À Márcia, pelo afeto, presença e companheirismo demonstrado em todos os momentos.

Ainda para todos aqueles que, de alguma forma, me deram o seu incentivo, o seu apoio, a sua compreensão na prossecução dos meus objetivos, deixo aqui os meus agradecimentos.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

Alexandre Silva

Oportunidades de Negócio e Desenvolvimento Económico em Regiões de Baixa
Densidade: O Caso dos Municípios do Alto Ave

Resumo

Em Portugal, a densidade demográfica nas zonas rurais nunca foi elevada, mas, com a industrialização e a urbanização, entrou num declínio acentuado e alterou todo o processo de desenvolvimento. Estes territórios são atualmente genericamente referidos como territórios de baixa densidade, devido à sua fragilidade demográfica em conjunto com debilidades ao nível económico, urbano, institucional e relacional. Atualmente, estes territórios enfrentam grandes dificuldades a diferentes níveis, para os quais é necessário conceptualizar e implementar programas e políticas eficazes de desenvolvimento. Partindo da consideração dos territórios de baixa densidade da área geográfica do Alto Ave, integrando os municípios de Póvoa de Lanhoso e de Vieira do Minho, este estudo teve como objetivo principal identificar que investimentos prioritários se poderão propor com vista ao desenvolvimento económico destes territórios. Os resultados mostraram que os constrangimentos destes territórios resultam de fracas acessibilidades, de razões políticas, de baixas qualificações e da divisão territorial. Sendo que as potencialidades e oportunidades encontram-se na sua maioria no património natural destas regiões e nos seus produtos endógenos. Perante estes resultados os mecanismos de financiamentos disponíveis pela União Europeia, nomeadamente Portugal 2020, constituem uma oportunidade relevante para promover e aproveitar do ponto de vista económico o que de melhor tem estas regiões e, desta forma, contrariar a tendência recente de desertificação e de perda de dinamismo.

Palavras-Chave: Territórios de Baixa Densidade, Desenvolvimento Rural, Setores de Investimento Prioritários, Portugal 2020.

Business Opportunities and Economic Development in Low Density Regions: The Case of Alto Ave Municipalities

Abstract

In Portugal, typically, rural areas have a low population density but, with industrialization and urbanization, it has declined sharply and changed the entire development process. These territories are now generally referred to as low density territories because of their demographic fragility coupled with economic, urban, institutional and relational weaknesses. At present, these territories face great difficulties at different levels, for which it is necessary to design and implement effective development policies and programs. The main objective of this study is to identify which priority investments might be considered to the low-density areas located at the Alto Ave geographical area, integrating the municipalities of Póvoa de Lanhoso and Vieira do Minho. The results showed that the constraints of these territories result from the weak transports network, from political reasons, low qualifications and territorial division. The study found strengths and opportunities in the natural heritage of these regions and in their endogenous products. In view of these results, the financing mechanisms available by the European Union, in particular Portugal 2020, represent an important opportunity to promote and take advantage of the economic strengths of these regions and thus counteract the recent trend of desertification and loss of dynamism.

Keywords: Low Density Territories, Rural Development, Priority Investment Sectors, Portugal 2020

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice de Figuras	viii
Índice de Gráficos	viii
Índice de Tabelas	viii
1- Introdução	9
2- Desenvolvimento Económico nas Regiões de Baixa Densidade	11
2.1. Desenvolvimento Local	12
2.2. Políticas de Desenvolvimento Local	13
2.3. Territórios de Baixa Densidade: Desafios e Oportunidades	14
3- Planeamento Estratégico do Desenvolvimento Local	17
3.1. Estratégias de Desenvolvimento em Territórios de Baixa Densidade	17
3.2. Ingredientes-Chave do Desenvolvimento Regional	19
3.2.1. Agentes Locais	19
3.2.2. Empreendedorismo - Inovação	20
4- Estratégia de Desenvolvimento Local: Portugal 2020	22
4.1. Programas Operacionais Temáticos no Continente	26
4.1.1. O Programa Operacional de Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020)	26
4.1.2. O Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)	27
4.1.3. O Programa Operacional Capital Humano (POCH)	27
4.1.4. O Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)	28
4.2. Programas Operacionais da Região Norte	28
4.3. Programas de Desenvolvimento Rural do Continente	30
5. Metodologia	33
5.1. Objetivos Específicos	33

5.2.	Caracterização da Amostra	33
5.3.	Análise de dados	37
6.	Estudo de Caso: Os Municípios do Alto Ave	38
6.1.	Análise Documental Estatística	38
6.1.1.	Caracterização Demográfica	38
6.1.2.	Estrutura Produtiva	44
6.1.3.	Emprego e Qualificações	48
6.1.4.	Património Cultural.....	50
6.1.5.	Gastronomia.....	52
6.1.6.	Artesanato	53
6.1.7.	Eventos e Romarias.....	54
6.2.	Análise das Entrevistas	55
6.2.1.	Desertificação e Abandono	56
6.2.2.	Constrangimentos	57
6.2.3.	Setores Tradicionais.....	58
6.2.4.	Investimentos Previstos	60
6.2.5.	Potencialidades e Oportunidades	62
6.2.6.	Intervenções da Administração Central.....	63
6.2.7.	Intervenções da Administração Local.....	65
6.2.8.	Tendências para o Futuro dos TDB	65
6.2.9.	Síntese	65
6.3.	Análise SWOT	67
6.3.1.	Forças	67
6.3.2.	Fraquezas	67
6.2.3.	Oportunidades	68
6.2.4.	Ameaças	69
7.	Propostas para o Desenvolvimento Económico dos Territórios de Baixa Densidade dos Municípios do Alto Ave	70
7.1.	Setores de Atividade para Desenvolver	70

7.1.1. Agricultura e Pecuária.....	71
7.1.2. Turismo	73
7.2. Mecanismos de Financiamento.....	77
7.2.1. Agricultura	78
7.2.2. Turismo	80
8. Conclusão.....	82
Referências Bibliográficas	84
Apêndice A – Grelha de Análise das Entrevistas	90

Índice de Figuras

Figura 1: As Três Prioridades da Estratégia Europa 2020.....	22
Figura 2: Programas Operacionais do Portugal 2020	25
Figura 3: Mapa: das freguesias do Município de Póvoa de Lanhoso	38
Figura 4: Mapa das freguesias do Município de Vieira de Minho	39
Figura 5: Eixos de análise e tópicos abordados nas entrevistas.....	56
Figura 6: Contributos das entrevistas por eixos de análise	66
Figura 7: Produtos Turísticos Prioritários.....	75

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Foco Temático do Portugal 2020.....	24
Gráfico 2: População Total (1991=100%).....	40
Gráfico 3: Estrutura Etária do Continente	41
Gráfico 4: Estrutura Etária da Póvoa de Lanhoso.....	42
Gráfico 5: Estrutura Etária de Vieira do Minho.....	43
Gráfico 6: Distribuição da População Empregada (2011).....	44
Gráfico 7: Percentagem de Pessoas ao Serviço por Atividade (2014).....	45
Gráfico 8: Taxa de Ocupação Cama	46
Gráfico 9: Estadia Média em Dias (2013)	47
Gráfico 10: Taxa de Sobrevivência das Empresas Nascidas Dois Anos Antes.....	48
Gráfico 11: Nível de Escolaridade (2011)	49

Índice de Tabelas

Tabela 1: Estruturação Temática do Portugal 2020.....	23
Tabela 2: Orçamento do COMPETE 2020	26
Tabela 3: Orçamento Financeiro do NORTE 2020 por Eixo Prioritário e Fundo	29
Tabela 4 – Identificação e Caracterização dos Entrevistados.....	34
Tabela 5– Grelha de Entrevista.....	35

1- Introdução

A realidade portuguesa modificou-se radicalmente nas últimas décadas. Após os anos cinquenta, a industrialização estimulou a deslocação de milhões de pessoas para as regiões do litoral do país e para o estrangeiro. Com isto, alargaram-se os territórios caracterizados por baixa densidade como consequente despovoamento de muitas regiões do interior do país. A designação de territórios de baixa densidade advém não apenas de aspetos demográficos, mas também económicos, urbanos, institucionais e relacionais. Atualmente, estes territórios enfrentam grandes dificuldades a diferentes níveis, para os quais é necessário conceptualizar e implementar programas e políticas eficazes de desenvolvimento. Tendo presente esta realidade, julgo que este estudo é uma mais-valia para estes territórios que anseiam por desenvolvimento e por melhores condições de vida para as suas populações. Mediante estas últimas dinâmicas, o problema que se levanta neste estudo pode expressar-se na seguinte questão: que estratégias se podem implementar, com vista ao desenvolvimento económico dos territórios de baixa densidade?

O objetivo geral deste estudo tem como finalidade identificar os setores de investimento prioritários nos municípios do Alto Ave, nomeadamente Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho. Trata-se de um estudo sobre as oportunidades de negócio, baseando-se tanto nas tendências que se vêm consolidando no território nas últimas décadas, como nas potencialidades vigentes ou latentes que podem contribuir para reforçar a sua competitividade. Se a estratégia territorial for adequada e bem-sucedida, os setores identificados serão fontes de oportunidades de investimento e de criação de emprego com impactos significativos na qualidade da população do espaço em análise.

Para alcançar o objetivo proposto, ao nível da metodologia, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e a entrevistas exploratórias que permitiram uma efetiva interação no terreno com vários agentes locais, tais como, Presidentes de Câmara, Diretores de Escolas, Associações Empresariais entre outros elementos relevantes do território.

Relativamente à estrutura desta dissertação, esta desenvolveu-se em três grandes partes. A primeira parte destina-se ao enquadramento teórico. A segunda parte destina-se ao estudo de caso. E a terceira parte destina-se às propostas para o desenvolvimento destes territórios. De forma a obter resposta à questão de investigação e a atingir o objetivo geral preconizado, esta dissertação foi organizada e estruturada em sete secções.

Na secção dois revê-se a contextualização sobre o desenvolvimento económico nas regiões de baixa densidade. Na secção três, aborda-se o planeamento estratégico do desenvolvimento local. Esta secção integra ainda as estratégias de desenvolvimento em territórios de baixa densidade e os ingredientes-chave do desenvolvimento regional. Na quarta secção, fala-se da estratégia de desenvolvimento local, particularmente dos programas do Portugal 2020. Na quinta secção, apresenta-se uma análise multidimensional dos municípios em estudo, referindo a sua caracterização demográfica, a sua estrutura produtiva, emprego e qualificações, bem como o seu património cultural, gastronómico, artesanal e eventos e romarias existentes nesses concelhos. Nesta secção apresenta-se também, uma análise das entrevistas realizadas e uma análise SWOT. A sexta secção, expõe as propostas para o desenvolvimento económico dos territórios de baixa densidade dos Municípios do Alto Ave, nomeadamente a identificação dos setores de investimento prioritários, onde se concentram as principais oportunidades de negócio e os mecanismos de financiamento disponíveis. A sétima e última secção, dedica-se às considerações finais e elenca algumas recomendações que consideramos importantes para o desenvolvimento do concelho de Vieira do Minho e da Póvoa de Lanhoso.

2- Desenvolvimento Económico nas Regiões de Baixa Densidade

As novas condições impostas pela globalização e pela integração das economias têm originado repercussões positivas ao nível do desenvolvimento económico e social, mas simultaneamente provocaram assimetrias regionais, tais como, desemprego, pobreza, envelhecimento, despovoamento, isolamento e a degradação das infraestruturas, serviços de apoio, equipamentos e da qualidade de vida em geral (Azevedo, 2010). As crescentes desigualdades e desequilíbrios verificados nos países ao nível das regiões, deveram-se ao facto do aparecimento de cidades e regiões dominantes com a consequência do despovoamento das regiões do interior e rurais (Jiménez, 2002).

Na União Europeia (UE), é possível observar uma grande diversidade de perfis demográficos. Nos últimos anos, foram observadas mudanças significativas nas áreas rurais, assistindo-se a uma deslocação das pessoas das zonas rurais para as zonas urbanas, bem como, o aumento da emigração (Pinilla, Ayuda, & Saez, 2008). Atualmente, cerca de 75% da população da União Europeia reside em zonas urbanas, sendo que, em 1980 a percentagem era de 67% (UN, 2014). Esta saída acentuada de pessoas das zonas rurais para a cidade deve-se principalmente às oportunidades de emprego (Pinilla, Ayuda, & Saez, 2008), resultando isto em populações mais envelhecidas, processos de emigração, investimentos privados escassos, défice de empreendedorismo e desemprego elevado (Baleiras, 2011).

Também no território nacional, particularmente no interior, a estrutura económica e demográfica, sofreu alterações, originadas pelo êxodo rural e pelos fluxos migratórios. Isto gerou o abandono das práticas agrícolas e industriais, tal como a perda de laços de solidariedade e práticas de cooperação (Baptista, 2001). Em 1990, a proporção urbana era de 48%, sendo que em 2014 situava-se nos 63% (UN, 2014).

O despovoamento nas regiões rurais, surgiu em muitos países afetando a funcionalidade económica do território. Isto leva-nos a interrogar sobre as dinâmicas demográficas territoriais, que apresentam significativas consequências para o desenvolvimento económico territorial (Azevedo, 2010).

2.1. Desenvolvimento Local

Assinada em 1986, na Assembleia-Geral das Nações Unidas, a “Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento” definiu o desenvolvimento como um “processo económico, social, cultural e político abrangente, que visa a melhoria constante do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos com base na participação ativa, livre e significativa no processo de desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios que dele deriva” (Gómês, Freitas, & Callejas, 2007).

Segundo Buarque (1999), o desenvolvimento local é um processo endógeno em pequenos territórios, e cujo objetivo é promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida dessa população. O desenvolvimento local é marcado pela cultura do contexto em que se situa. Isto significa que cada localidade, no seu processo de desenvolvimento, apresenta características específicas (Reis, 2012). O desenvolvimento deve-se processar em função das necessidades e potencial de cada localidade, além de observar e analisar aspetos relacionados à cultura da população, do ambiente físico e político (Reis, Simões, Greatti, & Pizzi, 2006). Este processo é desempenhado pela comunidade local, levando a uma melhoria das condições de vida das pessoas através do aproveitamento dos próprios recursos. Desta forma, a população recorre apenas à ajuda exterior só em caso de necessidade. Isto implica transformações nas estruturas sociais e económicas, recorrendo e incentivando o desenvolvimento endógeno (Orduna, 2000). As fontes de desenvolvimento residem, deste modo, na própria resolução, no sentido de comunidade e, talvez mais importante que tudo, no seu espírito de inovação e iniciativa (Polèse, 1998).

Com o objetivo de resolver os problemas das áreas rurais, a União Europeia definiu um conjunto de políticas e instrumentos que visavam garantir a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento socioeconómico, a viabilidade do setor agrícola, a diversificação das atividades não agrícolas e a salvaguarda dos recursos naturais e ambiente (Reis, Simões, Greatti, & Pizzi, 2006). Desse conjunto de políticas da UE, destaca-se o programa LEADER, que visa incentivar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento nas zonas rurais da Comunidade Europeia, e o FEDER- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que se destina a reforçar a coesão económica e social na União Europeia, através da correção dos desequilíbrios regionais.

2.2. Políticas de Desenvolvimento Local

Nos últimos 20 anos, as políticas de desenvolvimento local tornaram-se progressivamente dominantes e muitos governos têm procurado resolver problemas sociais e de desenvolvimento (Rinaldi, 2016). As políticas de desenvolvimento local visam melhorar a vida das pessoas e a competitividade local, através de intervenções que têm como objetivo maximizar a produção nacional (Baleiras, 2011). Para o êxito destas políticas é importante conhecer-se as oportunidades e problemas de cada localidade, de forma a obter-se um diagnóstico acerca das características específicas de cada território, nomeadamente dos seus recursos naturais e humanos, economia local, especialização produtiva e capacidade de organização (Reis, 2012).

Pike, Rodríguez-Pose e Tomaney (2007) explicam as políticas de desenvolvimento numa abordagem *bottom-up*. Estas visam libertar o potencial económico endógeno, favorecendo as vantagens competitivas locais, e onde a participação dos agentes locais é crucial para os processos de conceção, implementação e gestão de estratégias de desenvolvimento. Os territórios ao adotarem estas políticas de desenvolvimento possibilitam uma análise profunda das características locais em termos de condições económicas e socioinstitucionais, a fim de incorporarem a atividade económica no território (Ascani, Crescenzi, & Iammarino, 2012). Esta abordagem procura ultrapassar desequilíbrios regionais através de fatores externos, como também a partir dos recursos próprios de cada local (Reis, 2012).

Portugal é um país geograficamente pequeno, mas rico na sua diversidade territorial. A missão da política de desenvolvimento local é procurar que nenhum dos seus territórios funcione abaixo das suas capacidades. Por isso, deve promover políticas públicas e privadas de forma a maximizarem as capacidades de desenvolvimento de cada território (Baleiras, 2011).

2.3. Territórios de Baixa Densidade: Desafios e Oportunidades

A realidade portuguesa modificou-se radicalmente nas últimas décadas. Nomeadamente após os anos cinquenta, a industrialização aumentou a deslocação de milhões de pessoas para as cidades e regiões do litoral e para outros países (Baleiras, 2011). Em 1890, só 11 % da população portuguesa residia em centros com mais de 10 000 habitantes, enquanto em 1991 essa percentagem era já de 33% (Baganha & Marques, 2001), sendo atualmente superior a 60% (UN, 2014).

Relativamente à emigração, Portugal é hoje o país da UE com mais emigrantes em proporção da população residente. O número de emigrantes portugueses supera os dois milhões, o que significa que mais de 20% dos portugueses vive fora do país em que nasceu (Pires, Pereira, Azevedo & Ribeiro, 2015). Esta tem sido uma constante ao longo dos anos: entre 1855 e 1988, saíram legalmente de Portugal cerca de 3,1 milhões de pessoas e aproximadamente 1 milhão abandonou o país de forma ilegal. Os números de saídas mais significativos registaram-se entre 1950 e 1974. Ao longo dos anos é possível distinguir dois ciclos migratórios: o ciclo transatlântico e o ciclo intraeuropeu. O primeiro vai de 1855 a meados da década de 50. Durante este ciclo, a emigração portuguesa tinha por destino preferencial o Brasil e, em segundo lugar, os Estados Unidos da América, que absorveram, entre 1891 e 1955, respetivamente 74 % e 11 % da emigração portuguesa (Baganha & Marques, 2001). O segundo ciclo inicia-se na década de 60 e prolonga-se até 1974 e tem como destinos preferenciais a França e a Alemanha, para onde se dirigiram, entre 1960 e 1974, respetivamente, 60 % e 12 % do total de emigrantes (Baganha & Marques, 2001).

Ao longo das décadas, cresceu a proporção de emigrantes portugueses a viver na Europa. Entre 1960 e 2010, a percentagem de emigrantes portugueses a viver na Europa passou de 16% para 67%, passando de 165 mil para mais de milhão e meio. Entre 2013 e 2014 a emigração estabilizou-se na casa das 110 mil saídas ano. O Banco Mundial estima que haverá hoje no mundo mais de 2,3 milhões de portugueses emigrados, isto é, de pessoas nascidas em Portugal a residir no estrangeiro há mais de um ano (Pires, Pereira, Azevedo & Ribeiro, 2014). Assim, intensificaram-se os territórios caracterizados por baixa densidade e o despovoamento de muitas regiões do interior do país (Baptista, 1999). Atualmente, estes territórios enfrentam grandes dificuldades a diferentes níveis, para as quais é necessário conceptualizar e implementar programas e políticas eficazes de desenvolvimento. A designação de territórios de baixa densidade advém não apenas de

aspectos demográficos, mas também económicos, urbanos, institucionais e relacionais (Silva, Lima, & Chamusca, 2010).

Segundo Martins e Figueiredo (2008), estes territórios apresentam insuficiências em cada uma das seguintes dimensões:

- i. Urbana - reduzida expressão de grande parte dos seus aglomerados urbanos;
- ii. Económica - pequeno número de atividades económicas e de oportunidades de empregos oferecidas, assim como a manifesta exiguidade dos mercados locais;
- iii. Institucional - número insuficiente de entidades com atribuições e competências de proximidade;
- iv. Social - população com escassas qualificações, reduzido espírito empresarial e diminuta capacidade de iniciativa;
- v. Relacional - escassa eficácia no estabelecimento de parcerias e redes.

A baixa densidade territorial traduz-se, no fundo, por aquilo que Ferrão (2000) designa por “perda de centralidade económica, social e simbólica”, perda essa que se reflete na falta de “espessura” social, económica e institucional necessária para suportar estratégias endógenas de desenvolvimento sustentadas no tempo (Ferrão, 2000).

De acordo com Pezzini (2001), as zonas rurais enfrentam três tipos de desafios específicos: as oportunidades de emprego no setor primário estão em declínio; o envelhecimento significativo da população devido à emigração dos jovens, causada quer pela falta de oportunidades de emprego quer pelo acesso inadequado a serviços educacionais e de lazer, como a migração de aposentados para estas zonas; a maioria das áreas rurais têm dificuldade em criar a massa crítica necessária à instalação de serviços de produção e investimentos que apoiem o desenvolvimento económico.

Em Portugal, os territórios de baixa densidade caracterizam-se por problemas estruturais, onde se sobressai uma população envelhecida e assimetricamente distribuída, caracterizada por elevados índices de desqualificação (Silva, Lima, & Chamusca, 2010).

As políticas de desenvolvimento local não têm gerado impactos positivos, nem resultados satisfatórios sobre os territórios de baixa densidade, o que de acordo com Ferrão e Lopes (2003), existe a necessidade de reforçar a capacidade individual, social e

institucional nos processos de aprendizagem coletiva por parte das comunidades locais, visando a afirmação do mundo rural no que diz respeito à sua especificidade e autonomia relativa.

3- Planeamento Estratégico do Desenvolvimento Local

No atual contexto europeu, num mercado sem fronteiras, o caminho que permite gerar riqueza e desenvolvimento é seguramente a criação e implementação de estratégias baseadas na inovação. A responsabilidade da implementação destas estratégias tem vindo a deslocar-se, gradualmente, do nível nacional para o regional e local, em consequência do reconhecimento da necessidade de adaptação das diretivas nacionais às realidades e singularidades de cada território (Sociedade Portuguesa de Inovação, 2006).

Daí advém a importância de definir uma estratégia local sustentada, centrada na inovação, competitividade e empreendedorismo, criando vantagens competitivas com base nos fatores diferenciadores da região, em parcerias estratégicas e explorando eficazmente as oportunidades existentes (Sociedade Portuguesa de Inovação, 2006).

3.1. Estratégias de Desenvolvimento em Territórios de Baixa Densidade

A densidade demográfica das zonas rurais em Portugal nunca foi muito elevada, mas, com a industrialização e a urbanização, entrou num declínio acentuado e alterou todo o processo de desenvolvimento (Reis, 2012). Portugal necessita de um novo paradigma de desenvolvimento e de coesão territorial. Um paradigma que reverta o círculo vicioso dos territórios de baixa densidade, gerando riqueza e emprego baseando-se no aproveitamento dos recursos endógenos, nomeadamente os recursos locais físicos e humanos do território (Ray, 1998). Um paradigma que encare os territórios de baixa densidade como uma oportunidade para o desenvolvimento do país (Ramos & Patrício, 2014) e seja capaz de gerar um processo de desenvolvimento que melhore o bem-estar das pessoas, e permita reduzir as desigualdades (Kay, 2009).

Estes territórios têm recursos próprios que são necessários e relevantes para o território nacional e que podem e devem ser mais valorizados e capitalizados em favor de um processo de desenvolvimento sustentável (Ramos & Patrício, 2014). Estes recursos são vistos como a chave para melhorar o bem-estar social e económico das áreas rurais. Segundo Ray (1998), estes territórios são caracterizados por possuírem os seguintes recursos: alimentos tradicionais, línguas regionais, artesanato, folclore, artes visuais locais e teatro, referências literárias, sítios históricos e pré-históricos, paisagens e a sua flora associada e fauna. Conforme Baleiras (2011), estes ativos corpóreos e incorpóreos

retratam características únicas que impedem a sua replicação noutros lugares, e que muitas pessoas estão dispostas a pagar por eles, seja através da realização de visitas e passeios, ou a compra de bens e serviços produzidos a partir desses recursos especiais. Sendo assim, faz sentido elaborar uma estratégia coletiva para extrair valor económico a partir destes recursos endógenos.

Conforme Reis (2012), as estratégias de desenvolvimento dos territórios rurais têm vindo a indicar o turismo como um dos setores fundamentais para o desenvolvimento dos territórios mais desfavorecidos, pois potencia a sua requalificação e preservação, contribui para o desenvolvimento da economia local, através da criação de novos empregos, quer na área do turismo, quer na área das atividades artesanais e proporciona outras fontes complementares de rendimentos. O turismo contribui, ainda para a dinamização, diversificação e modernização da produção local. A riqueza dos recursos endógenos, naturais e patrimoniais, o saber das populações, as sensações e os conteúdos de uma vida ancestral, são fatores capazes de atrair nichos de procura do mercado turístico (Reis, 2012).

Vários investigadores, notaram um enorme potencial numa estratégia de desenvolvimento para as áreas rurais baseada num mercado de alimentos de qualidade. Uma possível estratégia seria promover produtos característicos, que têm uma distintiva identidade territorial, local e/ou regional. Ligando produtos a imagens locais, tais como, tradições e património cultural, isto faz aumentar o valor do produto, pois os consumidores identificam certos produtos a determinadas regiões (Stathopoulou, Psaltopoulos, & Skuras, 2015). Goodman (2003), argumenta que na Europa, cada vez mais a qualidade dos alimentos está associada a redes alternativas agroalimentares. Isto proporciona oportunidades significativas para o desenvolvimento da agricultura.

As opiniões entre os economistas acerca do desenvolvimento económico dividem-se: enquanto alguns argumentam que a agricultura é a chave para o desenvolvimento, outros argumentam que é apenas pela industrialização que o desenvolvimento pode ser alcançado (Kay, 2009). Segundo o autor, a estratégia de desenvolvimento mais bem-sucedida é aquela em que o Estado é capaz de explorar criativamente as sinergias entre ambos os setores, através do desenvolvimento das suas complementaridades e reforçando ligações dinâmicas.

3.2. Ingredientes-Chave do Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento económico de uma região está relacionado com a variedade de recursos existentes no mesmo, dessa forma, o desenvolvimento local e regional evolui de uma forma geograficamente desigual (Piké, 2007). Este desenvolvimento endógeno, baseia-se nos recursos locais, físicos e humanos. Estes recursos locais são vistos como a chave para melhorar o bem-estar social e económico das áreas rurais (Araújo, 2014). Visto isto, estes territórios devem identificar e valorizar os recursos locais, de forma a criar uma identidade cultural.

3.2.1. Agentes Locais

O conhecimento dos agentes locais tem um papel crucial para o desenvolvimento da economia rural. Tal como Moran (1993), comprovou através do exemplo dos vinhos franceses, onde observou as características físicas da localidade e o *know-how* local e alegou que estas não podem ser replicadas noutros locais. Devido à estreita ligação qualitativa entre o produto e a sua região de origem, este adquire um carácter único e inimitável, pois as condições físicas e humanas da região de produção conferem atributos exclusivos ao produto nela originado. Esta utilização do conceito de denominação da origem pode ser considerada como uma importante estratégia de valorização dos produtos que está protegida judicialmente pelos direitos de propriedade. A gastronomia local, também é algo que pode ser manipulado por um território em prol da sua identidade territorial. No entanto, nos territórios em análise, a promoção da identidade territorial através dos alimentos pode ser associada à sua localização de acordo com a “qualidade de vida”, gerando valores como: frescura, salubridade aos produtos produzidos localmente.

Segundo Melo (2012), é possível identificar três principais grupos de agentes locais de desenvolvimento: os empreendedores e as empresas, as administrações públicas, as associações e agências de desenvolvimento. A localização de uma grande empresa, num determinado território, constitui um impulso exógeno para a melhoria de vida dos seus residentes (mais empregos, mais rendimentos, etc) (Melo, 2012). É importante também destacar o papel das associações e agências de desenvolvimento que operam em cada território. As associações que se geram num determinado território têm um papel

fundamental no seu desenvolvimento. Um território que gere muitas iniciativas associativas é sinal de vitalidade.

3.2.2. Empreendedorismo - Inovação

Para promover um desenvolvimento económico local é preciso, segundo Meyer-Stamer (2001), primeiramente promover empresas residentes através da administração e promoção de micro e pequenas empresas. Em seguida, é imprescindível atrair novos investidores através de atividades de marketing e incentivar novos empreendedores através de benefícios e apoios. Assim, o empreendedorismo, bem como o apoio que lhe é dado, aparece como uma forma de promover o desenvolvimento local, e desse modo, contribuir para que os indivíduos realmente pertençam a uma sociedade, para que tal desenvolvimento se dê de forma integrada e sustentável (Reis, Simões, Greatti & Pizzi, 2006).

A inovação e o empreendedorismo são olhados como fatores-chave para um crescimento económico elevado numa economia competitiva (Suarez-Villa, 2000). Segundo Dabson (2005), a estratégia que tem atraído mais atenção nos últimos anos tem sido a de desenvolvimento *homegrown*, ou seja, o desenvolvimento do empreendedorismo. Este é o processo de incentivar e apoiar as pessoas a criar os seus próprios empregos e rendimentos. Estas estratégias incluem preparação e assistência técnica, acesso ao capital e dívida de capital, incubadoras, redes de empreendedores e educação para o empreendedorismo. Na visão de Schumpeter (1976), o empreendedor é o agente de mudança, ou seja, é a componente fundamental do processo de desenvolvimento económico, pois introduz novos produtos e serviços no mercado, através da criação de novas formas de organização e também da exploração de novos recursos e materiais. Esse processo é chamado por Schumpeter de “destruição criativa”, ou seja, a substituição de produtos e serviços antigos, por outros mais eficientes, menos dispendiosos, de melhor qualidade e comodidade. É o impulso essencial para acionar e manter em funcionamento o “motor capitalista” e quem dirige esse motor é o empreendedor. Na visão do autor, os empreendedores são ágeis, persistentes e, geralmente, trabalham com um tipo de capital intangível, que são as boas ideias.

Hoy (1983), definiu um empreendedor rural como alguém que é independente, capaz de assumir os riscos, com um carácter autoconfiante e otimista, que trabalha duro e é inovador. O empreendedor num contexto rural está centrado na criação de novas

oportunidades de emprego nas zonas rurais, através da geração de novos empreendimentos.

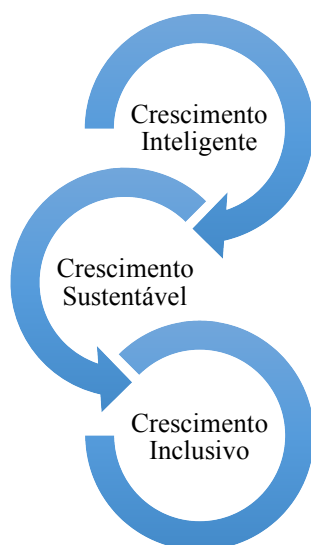
Segundo Franco (2001), para que haja desenvolvimento, é necessário a presença de vários fatores, como: nível educacional da população, pessoas que tomem iniciativas e que assumam a responsabilidade de empreender novos negócios, sendo fundamental a participação da sociedade. Uma comunidade apenas se desenvolverá, quando tornar dinâmicas as suas potencialidades. Além da implementação de ações e programas de suporte aos empreendedores, é preciso garantir que tal desenvolvimento seja capaz de auto-organizar e de se manter ao longo do tempo. É então aqui que entra o conceito de desenvolvimento sustentável (Reis, Simões, Greatti & Pizzi, 2006).

4- Estratégia de Desenvolvimento Local: Portugal 2020

A União Europeia com a finalidade de solucionar os problemas das áreas rurais, apoiou-se nos princípios do desenvolvimento integrado, aumento da cooperação e envolvimento dos agentes locais e estruturou um conjunto de políticas e instrumentos. Estes têm como objetivo garantir a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento socioeconómico, a viabilidade do setor agrícola, a diversificação das atividades não agrícolas e a salvaguarda dos recursos naturais e ambientais (Reis, 2012).

Portugal tem uma parceria com a Comissão Europeia, na qual se denomina de Portugal 2020. Este acordo segue os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego em Portugal (Portugal 2020, 2014). A “Estratégia Europa 2020” estabeleceu três prioridades que se reforçam mutuamente, como é possível verificar na Figura 1: i) O crescimento inteligente, mediante o reforço da investigação e da inovação tecnológica, a melhora no acesso das tecnologias de informação e da comunicação e no fortalecimento das PME e dos setores agrícolas; ii) O crescimento sustentável, baseado no apoio a uma economia com baixas emissões de carbono, a promoção da adaptação às alterações climáticas, à eficiência dos recursos e ao uso de transportes sustentáveis; iii) O crescimento inclusivo, promove o emprego, a inclusão social e investe no ensino e nas aprendizagens ao longo da vida. Esta prioridade também reforça a importância de uma administração pública eficiente (Portugal 2020, 2014).

Figura 1: As Três Prioridades da Estratégia Europa 2020



Fonte: Elaboração própria

Portugal 2020 define as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento necessárias para promover no nosso país o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e o cumprimento das metas da Europa 2020. A programação e implementação do Portugal 2020 respeita quatro domínios temáticos: competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos (Portugal 2020, 2014), conforme expõe a Tabela 1.

Tabela 1: Estruturação Temática do Portugal 2020

Domínios Transversais	
Domínios Temáticos	<p>Competitividade e Internacionalização</p> <p>OT 1 – Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; OT 2 – Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade; OT 3 – Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola das pescas e da aquicultura; OT 7 – Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas; OT 11 – Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.</p>
	<p>Inclusão Social e Emprego</p> <p>OT 8 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; OT 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza discriminação.</p>
	<p>Capital Humano</p> <p>OT 10 – Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida;</p>
	<p>Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos</p> <p>OT 4 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores; OT 5 – Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos; OT 6 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos.</p>

Fonte: Portugal 2020

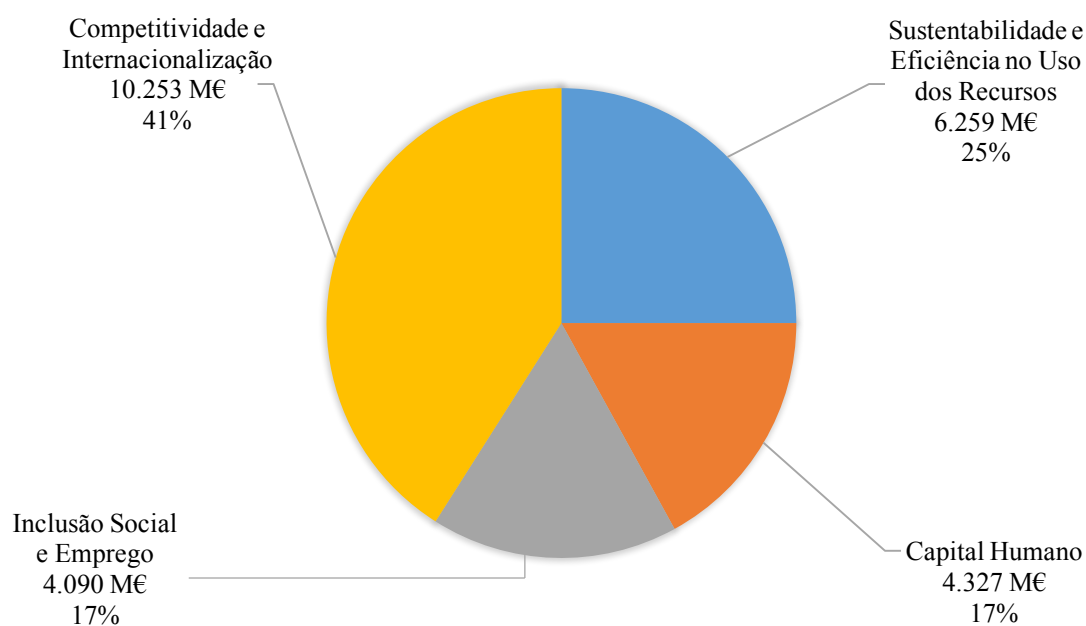
Segundo o portal do Portugal 2020, até 2020, Portugal receberá cerca de 25 mil milhões de euros em fundos comunitários, atribuídos no âmbito de cada um dos 16 programas operacionais, temáticos e regionais. Segundo o documento do Acordo de Parceria, o Portugal 2020 agrupa cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), a saber:

- FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional;
- FC – Fundo de Coesão;
- FSE – Fundo Social Europeu;
- FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural;
- FEAMP – Fundo Europeu de Assuntos Marítimos e das Pescas.

Nestes fundos estruturais e de investimentos definem-se os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial a promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Este acordo de parceria sucede ao Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), que esteve em vigor entre 2007 e 2013.

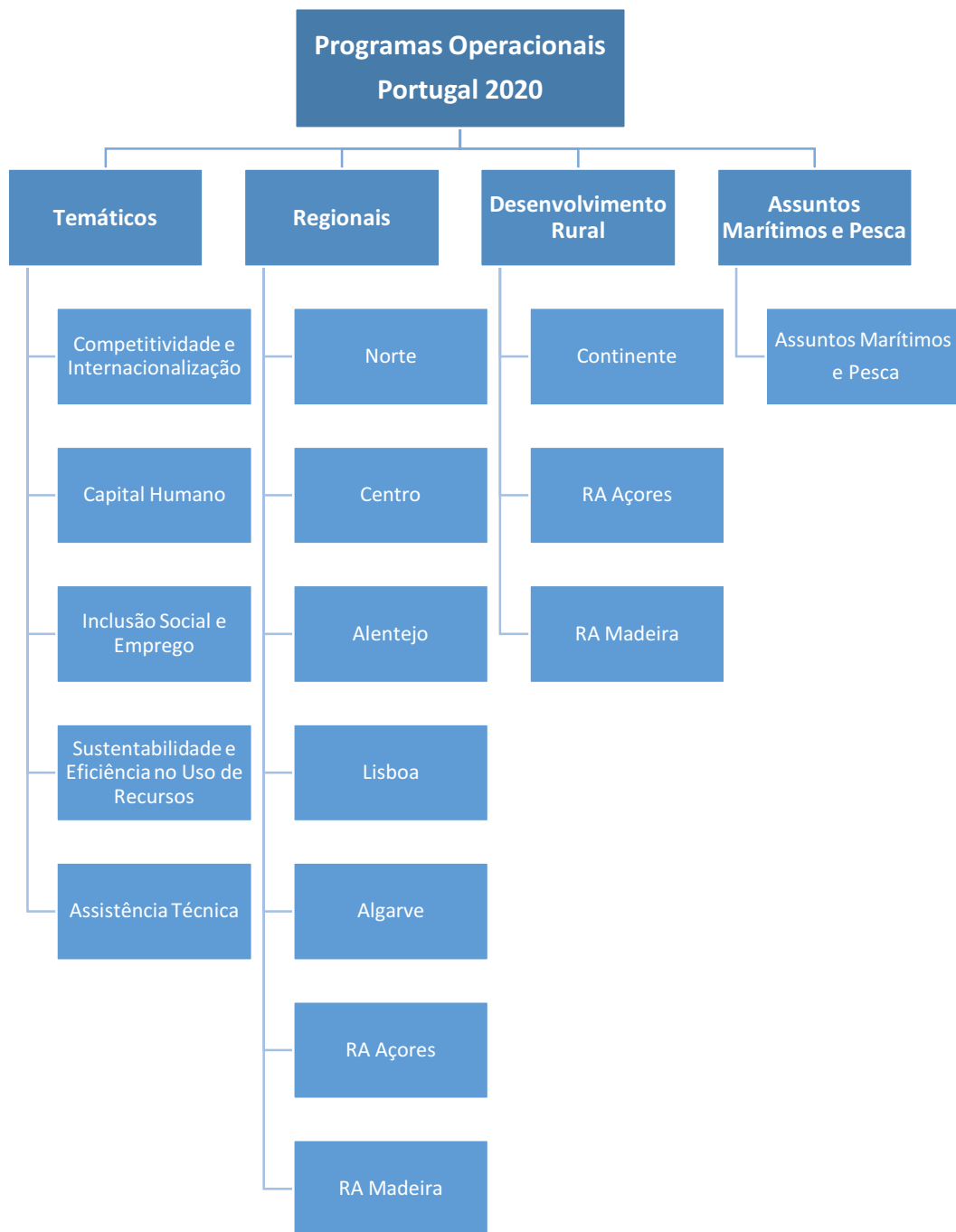
Conforme exhibe o Gráfico 1, 41% do Orçamento do Portugal 2020 vai para a Competitividade e Internacionalização, 25% Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, 17% Inclusão Social e Emprego e os restantes 17% para Capital Humano.

Gráfico 1: Foco Temático do Portugal 2020



Fonte: Portugal 2020

Figura 2: Programas Operacionais do Portugal 2020



Fonte: Elaboração própria

De seguida são expostos os conjuntos de programas operacionais do Portugal 2020 mais vocacionados para o desenvolvimento económico das regiões de baixa densidade em análise.

4.1. Programas Operacionais Temáticos no Continente

As quatro prioridades do Portugal 2020, são distribuídas em quatro programas operacionais:

4.1.1. O Programa Operacional de Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020)

O Programa Operacional Temático de Competitividade e Internacionalização, designado por COMPETE 2020, insere-se na prioridade temática “Competitividade e Internacionalização” do Portugal 2020. Estrutura-se ao longo de 6 eixos e tem como prioridades: Aumentar as exportações; Promover o emprego qualificado; Investir em investigação, desenvolvimento e inovação; Capacitar PME para a atuação em mercados globais; Reduzir custos e os tempos de transporte de mercadorias; Criar valor na agricultura e estimular a economia do mar; Garantir uma Administração Pública mais moderna (Portugal 2020, 2014).

O orçamento do COMPETE 2020 fixa-se nos 6,2 mil milhões de euros de custo elegível, dos quais 4,4 mil milhões de euros são financiados pelos Fundos Europeus (FEDER, FSE e Fundo de Coesão) correspondendo os restantes 1,8 mil milhões de euros à contrapartida nacional, como se pode verificar detalhadamente na Tabela 2.

Tabela 2: Orçamento do COMPETE 2020

Mil Milhões (€)			
Eixos	Fundo Comunitário	Contrapartida Nacional	Custo Total
Eixo 1	1.400	679	2.079
Eixo 2	1.632	868	2.500
Eixo 3	396	99	494
Eixo 4	709	125	834
Eixo 5	162	29	191
Eixo 6	115	20	135
Total	4.414	1.819	6.233

Fonte: Portugal 2020

4.1.2. O Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)

O Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) visa a integração das pessoas em risco de pobreza e tenta combater a exclusão social. Este programa tem como finalidade: Melhorar o acesso ao emprego dos jovens e de grupos mais vulneráveis; Promover o desenvolvimento de competências para integração e reintegração no mercado de trabalho; Melhorar o acesso aos serviços sociais e da saúde; Promover a inclusão ativa e a igualdade de oportunidades (Portugal 2020, 2014)..

O POISE mobiliza uma dotação total de 2,4 mil milhões de euros, dos quais, 1,8 mil milhões de euros são provenientes do Fundo Social Europeu (FSE), 321 milhões de euros de dotação específica atribuída a Portugal no contexto da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) e 347 milhões de euros de contrapartida pública nacional (Portugal 2020, 2014).

4.1.3. O Programa Operacional Capital Humano (POCH)

O Programa Operacional Capital Humano (POCH), constitui o principal instrumento de financiamento do Portugal 2020 no âmbito do domínio temático do capital humano, incidindo sobre as regiões Norte, Centro e Alentejo. Este programa tem como objetivos: Reduzir o abandono escolar; Reforçar o ensino profissional e a sua ligação ao mercado de trabalho; Apostar no ensino superior e na formação avançada; Melhorar a qualidade da educação e formação; Mais sucesso educativo, mais empregabilidade Portugal 2020, 2014).

Este conjunto de eixos prioritários, têm uma dotação global até 2020, de cerca de 3,6 mil milhões de euros, dos quais 85% financiados pelo Fundo Social Europeu (cerca de 3,1 mil milhões de euros) e os restantes 15% constituem a contribuição pública nacional (Portugal 2020, 2014).

4.1.4. O Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)

O POSEUR é um instrumento da Estratégia Europa 2020 para o domínio da Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos, onde pretende: Caminhar para uma economia de baixo carbono; Investir em eficiência energética e redes inteligentes; Aumentar a capacidade de adaptação às alterações climáticas; Proteger o litoral da erosão, reduzir incêndios e prevenir inundações; Reduzir e reciclar resíduos, promover a gestão eficiente da água. Este programa agrega 2,2 mil milhões de euros de financiamento comunitário e a sua intervenção abrange a totalidade do território nacional (Portugal 2020, 2014).

4.2. Programas Operacionais da Região Norte

O Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (NORTE 2020) apoia o desenvolvimento da Região do Norte (NUTS II) e integra o Acordo de Parceria do Portugal 2020, prevendo a aplicação durante os próximos anos de 3,4 mil milhões de euros de fundos da União Europeia, designadamente do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE). A estes apoios acresce a Iniciativa para o Emprego dos Jovens e outras intervenções de Programas Operacionais Temáticos e instrumentos financeiros de que a Região do Norte é beneficiária (Portugal 2020, 2014).

Este Programa Operacional da Região do Norte, concentra os apoios em medidas de política regional com efeitos permanentes do lado da oferta, promovendo o reforço tecnológico da base produtiva, valorizando ativos e recursos, explorando novos mercados e novos modelos de negócio e de internacionalização, isto a par com um forte investimento na formação. O NORTE 2020 organiza-se em dez Eixos Prioritários conforme demonstra a Tabela 3:

Tabela 3: Orçamento Financeiro do NORTE 2020 por Eixo Prioritário e Fundo

Eixo Prioritário (EP)	Apoio da União	FEDER	FSE
EP 1 Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	402 800 510	402 800 510	
EP 2 Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	1 262 318 221	1 262 318 221	
EP 3 Economia de Baixo Teor de Carbono	158 521 762	158 521 762	
EP 4 Qualidade Ambiental	161 286 915	161 286 915	
EP 5 Desenvolvimento Urbano	384 754 583	384 754 583	
EP 6 Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	195 317 104	57 529 474	137 787 630
EP 7 Inclusão Social e Pobreza	217 826 279	79 861 737	137 964 542
EP 8 Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	435 824 885	172 748 474	263 076 411
EP 9 Capacitação Institucional e TIC	76 385 472	32 247 872	44 137 600
EP 10 Assistência Técnica	83 735 000	83 735 000	
Total PO	3 378 770 731	2 795 804 548	582 966 183

Fonte: Norte 2020

No orçamento do Norte 2020, quase metade do valor (1,26 mil milhões de euros) dirige-se à competitividade de micro e pequenas empresas da região. Cerca de 403 milhões de euros destinam-se a iniciativas públicas de investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação. Quanto ao sistema urbano, este tem 385 milhões de euros aplicados. Tendo ainda este programa verbas disponíveis para as áreas da educação e aprendizagem ao longo da vida, qualidade ambiental, economia de baixo teor de carbono, inclusão social e pobreza, emprego e mobilidade dos trabalhadores, capacitação institucional e TIC.

4.3. Programas de Desenvolvimento Rural do Continente

O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR2020), tem como visão estratégica o crescimento sustentável do setor agroflorestal em todo o território nacional. Este tem como finalidade o aumento do valor acrescentado do setor agroflorestal, assegurando condições que permitam melhorar a gestão sustentável dos recursos nomeadamente através de uma utilização mais eficiente dos mesmos. Paralelamente, propõe aumentar a capacidade de inovação e transferência de conhecimento para o setor agroflorestal, a melhoria do nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais, o aumento da concentração da oferta e a promoção da gestão de riscos a que o setor é vulnerável (Portugal 2020, 2014).

Para a concretização desta estratégia, os objetivos referidos são operacionalizados no PDR2020 ao nível de medidas e ações integradas em quatro grandes áreas de intervenção:

- **ÁREA 1 – INOVAÇÃO E CONHECIMENTO**

Medida 1 – Inovação

Ação 1.1 – Grupos Operacionais

Medida 2 – Conhecimento

Ação 2.1 – Capacitação e Divulgação

Ação 2.2 – Aconselhamento

- **ÁREA 2 – COMPETITIVIDADE E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO**

Medida 3 – Valorização da Produção Agrícola

Ação 3.1 – Jovens Agricultores

Ação 3.2 – Investimento na Exploração Agrícola

Ação 3.3 - Investimento na Transformação e Comercialização de
Produtos Agrícolas

Ação 3.4 – Infraestruturas Coletivas

Medida 4 – Valorização dos Recursos Florestais

Medida 5 – Organização da Produção

Ação 5.1 – Criação de Agrupamentos e Organizações de Produtores

Ação 5.2 – Organizações Interprofissionais

Ação 5.3 – Integração Empresarial

Medida 6 – Gestão do Risco e Restabelecimento do Potencial Produtivo

Ação 6.1 – Seguros

Ação 6.2 – Prevenção e Restabelecimento do Potencial Produtivo

Ação 6.3 – Fundo Mutualista de Calamidades

• **ÁREA 3 – AMBIENTE, EFIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS E CLIMA**

Medida 7 – Agricultura e Recursos Naturais

Ação 7.1 – Agricultura Biológica

Ação 7.2 – Produção Integrada

Ação 7.3 – Pagamentos Rede Natura

Ação 7.4 – Conservação do Solo

Ação 7.5 – Uso Eficiente da Água

Ação 7.6 – Culturas Permanentes Tradicionais

Ação 7.7 – Pastoreio Extensivo

Ação 7.8 – Recursos Genéticos

Ação 7.9 - Mosaico Agroflorestal

Ação 7.10 – Silvoambientais

Ação 7.11 – Investimentos Não Produtivos

Ação 7.12 – Apoio Agroambiental à Apicultura

Medida 8 – Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais

Ação 8.1 – Silvicultura Sustentável

Ação 8.2 – Gestão de Recursos Cinegéticos e Aquícolas

Medida 9 – Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavoráveis

- **ÁREA 4 – DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Medida 10 – Leader

Ação 10.1 – Apoio Preparatório

Ação 10.2 – Implementação das Estratégias

Ação 10.3 – Atividades de Cooperação dos GAL

Ação 10.4 – Funcionamento e Animação

Este conjunto de ações, têm uma dotação global até 2020 de cerca de 774 milhões de euros. Inicialmente estava prevista uma dotação de 574 milhões de euros para esta área, mas devido ao enorme sucesso, e confrontados com o problema de não terem verba suficiente para acudir a todas as candidaturas o governo foi obrigado a reforçar o PDR, que é o programa de fundos comunitários de apoio à agricultura, em 200 milhões de euros, que provêm do Orçamento de Estado. Portugal é responsável pelo cofinanciamento de 15% das medidas agroambientais e à União Europeia cabe responder pelos restantes 85%.

5. Metodologia

Para responder à questão de investigação optou-se por uma metodologia quantitativa e qualitativa, nomeadamente a realização de uma análise documental e entrevistas semiestruturadas a diversos agentes locais, com o objetivo geral de identificar os setores de investimento prioritários nos municípios do Alto Ave. Assim, o presente estudo procura dar resposta à seguinte questão de investigação “*Que estratégias se podem implementar, com vista ao desenvolvimento económico dos territórios de baixa densidade?*”

5.1. Objetivos Específicos

Como objetivos específicos apresentam-se: (1) Caracterizar os Municípios de Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso ao nível demográfico, estrutura produtiva, emprego e qualificações, património cultural, gastronomia, artesanato e eventos e romarias; (2) Identificar as consequências da desertificação e abandono dos territórios de baixa densidade; (3) Perceber quais os constrangimentos ao desenvolvimento; (4) Compreender os setores tradicionais de especialização; (5) Identificar os investimentos previstos; (6) Identificar as potencialidades e oportunidades de cada território; (7) Perceber quais as intervenções mais adequadas; (8) Perceber as tendências para o futuro destes territórios.

5.2. Caracterização da Amostra

Considerando os objetivos do presente estudo, optou-se por uma amostragem por caso único. Esta amostragem consiste na escolha de uma pessoa, situação ou local para fazer uma análise intensiva (Guerra, 2006). O caso escolhido para o estudo foi os Municípios do Alto Ave, nomeadamente Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso, visto terem vindo a sofrer um processo de desertificação ao longo dos anos, à semelhança de muitos outros territórios rurais.

Relativamente aos procedimentos de recolha de dados, optou-se pela recolha documental e pela entrevista semiestruturada. Numa primeira fase, a recolha documental serviu para perceber com maior pormenor o fenómeno em estudo. Esta análise documental, com base em publicações, em documentos de planeamento regionais e de

planos de ação local, bem como, em informação de bases de dados (do Instituto Nacional de Estatística), permitiu aprofundar o conhecimento dos territórios em estudo.

Numa segunda fase, realizou-se entrevistas a agentes locais, nomeadamente aos Presidentes de Câmara, Diretores de Escolas, Associações Empresariais e a estudantes universitários (*c.f.* Tabela 4), de forma a perceber a perspetiva/experiência das pessoas que habitavam nos territórios em estudo.

Tabela 4 – Identificação e Caracterização dos Entrevistados

Entrevistados	Responsabilidades	Formação
Entrevista 1: Eng. António Cardoso	Presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho	Engenheiro Civil
Entrevista 2: Sr. Manuel Baptista	Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso	Não foi fornecida
Entrevista 3: Sr. Rui Monteiro	Diretor do Agrupamento de Escola de Vieira do Minho	Não foi fornecida
Entrevista 4: Sr. José Magalhães	Diretor do Agrupamento de Escola da Póvoa de Lanhoso	Não foi fornecida
Entrevista 5: Dr. António Marques	Diretor da AIMinho – Associação Empresarial	Licenciado em Economia
Entrevista 6: Sra. Hélia Fernandes	Aluna Universitária	A frequentar o Mestrado de Sociologia na Universidade do Minho. Licenciada em Estudos Portugueses e Lusófonos
Entrevista 7: Sra. Diana Costa	Aluna Universitária	A frequentar a licenciatura de Gestão no Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Fonte: Elaboração própria

Estas entrevistas semiestruturadas foram realizadas entre outubro de 2016 e abril de 2017, a 7 participantes, de ambos os sexos e com diferentes funções. Foi desenvolvido um guião de entrevista (*c.f.*: Tabela 5) com oito questões abertas passíveis de serem alteradas, ou seja, com o decorrer das entrevistas podia haver tanto uma reformulação, como um acréscimo de perguntas que se mostrassem pertinentes para a exploração dos temas em questão.

Por via telefónica e/ou e-mail, foram apresentados os objetivos do estudo, de modo a obter autorização para agendar uma data para a realização da entrevista, e as entrevistas foram realizadas num horário compatível com os entrevistados que se voluntariam para colaborar no estudo.

A entrevista foi realizada após o consentimento verbal do entrevistado, tendo sido esclarecidos os objetivos e procedimentos do estudo. Foi ainda solicitado aos participantes autorização para gravação áudio das entrevistas. As entrevistas tiveram uma duração entre 20 e 40 minutos.

Tabela 5– Grelha de Entrevista

Tópicos	Perguntas	Informação Pretendida
Desertificação e Abandono	Ao longo dos anos tem-se verificado, sobretudo nas zonas rurais do país, várias alterações, sendo que as mesmas poderão ter potenciado, em certa medida, a desertificação e abandono do território que, até então, eram vistas como fundamentais para o equilíbrio social, familiar e até mesmo local, fomentando a economia e o desenvolvimento. Na sua opinião quais as causas da desertificação e abandono dos territórios de baixa densidade em geral?	Compreender quais os fatores que levam à desertificação e abandono dos territórios de baixa densidade.

Constrangimentos	Que constrangimentos ao desenvolvimento considera ter este território?	Identificar quais os fatores específicos destes territórios que não permitem o seu desenvolvimento.
Setores Tradicionais de Especialização	Na sua opinião considera que os setores tradicionais de especialização do seu território constituem uma oportunidade para a economia do seu território? Em que medida?	Perceber quais os setores tradicionais que constituem uma oportunidade para o desenvolvimento económico destes territórios.
Investimentos Previstos	Que investimentos, ou intenções de investimento, estão previstos ou tem conhecimento para o seu município?	Perceber se existem e quais os investimentos previstos para estes territórios.
Potencialidades e Oportunidades	Quais são as potencialidades e oportunidades que ainda não estão plenamente aproveitadas?	Conhecer as potencialidades que devem ser desenvolvidas.
Intervenções da Administração Central	Que tipo de intervenções no território da competência da Administração Central deveriam ser implementadas localmente com impacto no desenvolvimento local?	Compreender quais as medidas que devem ser implementadas pelo Estado, com vista ao desenvolvimento destes territórios.
Intervenções da Administração Local	Que tipo de intervenções no território da competência da Administração Local deveriam ser implementadas?	Compreender quais as medidas que devem ser executadas pela Administração Local, de modo ao desenvolvimento destes territórios.

Tendências	Que tendências há para o futuro dos territórios de baixa densidade em Portugal?	Entender qual será o futuro destes territórios.
------------	---	---

Fonte: Elaboração própria

5.3. Análise de dados

Os dados obtidos a partir das entrevistas foram tratados através da técnica qualitativa da análise de conteúdo. Primeiramente todas as entrevistas foram transcritas *verbatim*, e posteriormente lidas cuidadosamente. Posto isto houve uma construção de sinopses das entrevistas na forma de uma grelha de análise de conteúdos, que permitiu sistematizar e explicitar a informação contida nas entrevistas, como também encontrar indicadores que nos possibilitassem atribuir e até mesmo reforçar alguns conceitos.

6. Estudo de Caso: Os Municípios do Alto Ave

6.1. Análise Documental Estatística

6.1.1. Caracterização Demográfica

Póvoa de Lanhoso é um concelho no Distrito de Braga, região Norte e sub-região do Ave, com cerca de 22 000 habitantes, localiza-se geograficamente entre a margem esquerda do Rio Cávado e a margem direita do Rio Ave. A limitá-lo estão os concelhos de Braga, Guimarães, Fafe, Vieira do Minho e Amares. Braga, sede do distrito, fica a 15 km, Guimarães a 18 Km e o Parque Nacional de Peneda Gerês a 30 km. Com uma área de 132 km² repartidos por 22 freguesias (Figura 3), o concelho tem sofrido um desenvolvimento económico e empresarial que tem contribuído para a reestruturação e melhoramento das suas infraestruturas. Póvoa de Lanhoso caracteriza-se por possuir um centro, urbano e dinâmico, onde se concentram mais de quatro mil habitantes e um elevado número de equipamentos e serviços públicos. Nas restantes freguesias a população é dispersa e a oferta de equipamentos públicos menos marcada.

Figura 3: Mapa: das freguesias do Município de Póvoa de Lanhoso



Fonte: Minho Portugal

Vieira do Minho é um concelho do Distrito de Braga, região Norte e sub-região do Ave, com cerca de 13 000 habitantes, localiza-se na margem esquerda do Rio Cávado. Este faz fronteira com o concelho de Fafe a sul, com o concelho de Póvoa do Lanhoso a sudoeste, Terras de Bouro a norte, Montalegre também a norte, Amares a noroeste e Cabeceiras de Basto a sudeste. O concelho tem cerca de 220km² de área e subdivide-se em 21 freguesias (Figura 4). Na sua sede de concelho pode ser encontrada a maior concentração urbana. As restantes freguesias apresentam um povoamento mais disperso, uma característica frequente das áreas mais rurais e montanhosas.

Figura 4: Mapa das freguesias do Município de Vieira de Minho



Fonte: Minho Portugal

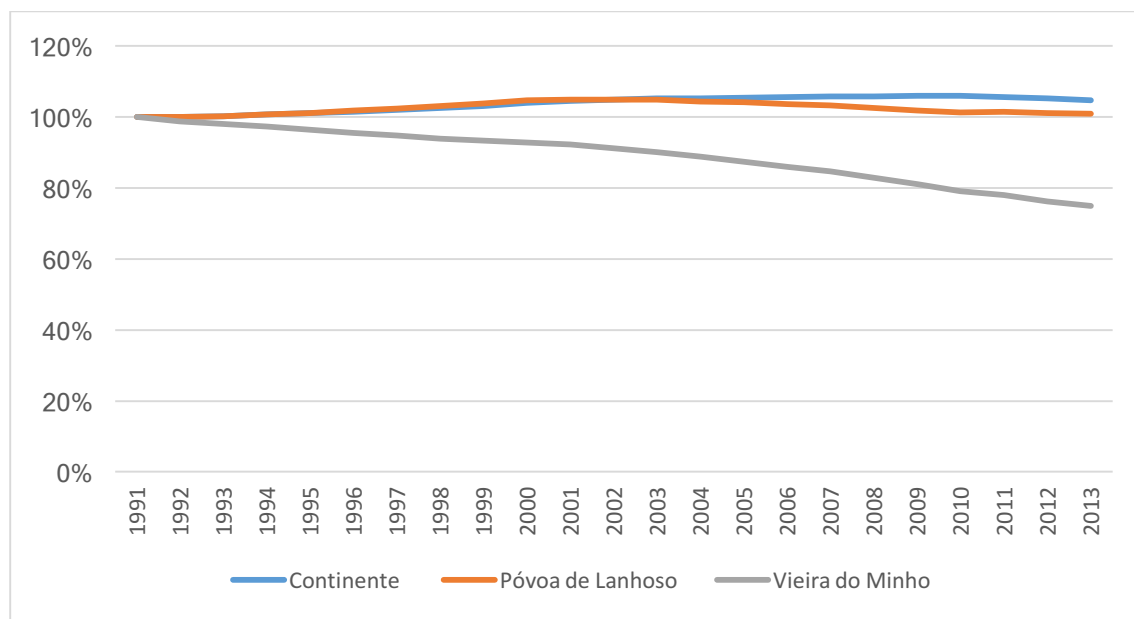
Relativamente ao padrão dos assentamentos, estes dois concelhos caracterizam-se por uma elevada dispersão, com apenas um núcleo urbano polarizador, que é a sede do concelho. No resto do território do município existe uma elevada dispersão de núcleos rurais, com agregados populacionais de reduzida dimensão.

O padrão de alojamento caracteriza-se pela combinação de residências habituais

com residências de uso sazonal, nomeadamente para férias, que são propriedade de famílias originárias do município residentes habitualmente noutros locais do país ou, maioritariamente, no estrangeiro por motivos de trabalho.

Nos seguintes gráficos apresenta-se um breve diagnóstico demográfico dos municípios da Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho.

Gráfico 2: População Total (1991=100%)

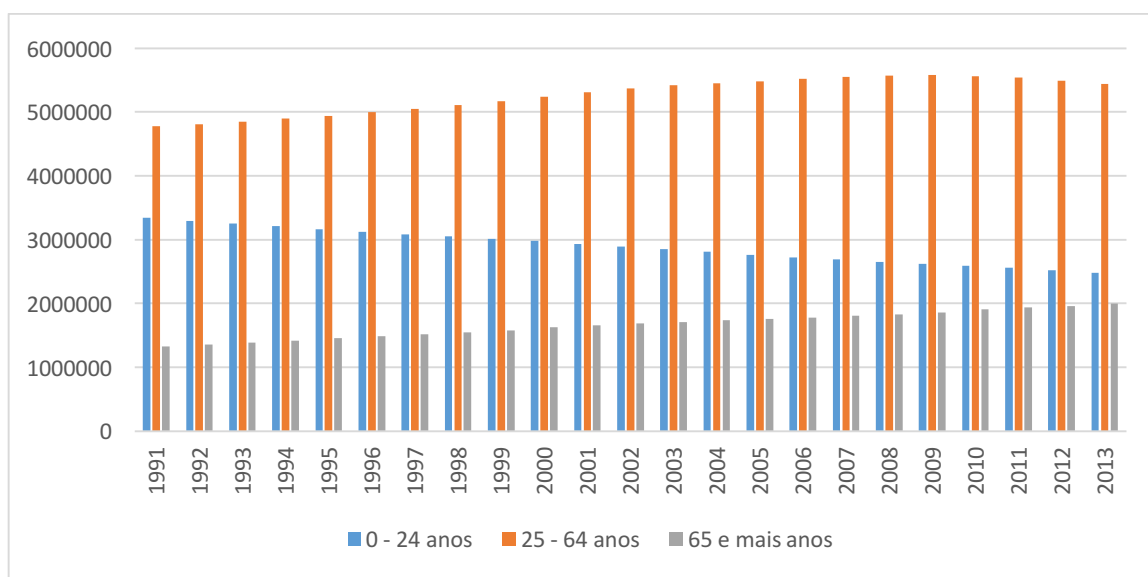


Fonte: INE

As principais tendências demográficas observadas nos últimos anos em Portugal continuam a refletir um abrandamento do crescimento populacional total e um envelhecimento populacional. A perda de população no concelho de Vieira do Minho tem sido constante desde finais da década de 80. O concelho de Vieira do Minho caracteriza-se por uma redução progressiva da população, com tendência para a desertificação nas áreas rurais mais longínquas da sede do concelho. A população residente no município experienciou uma redução superior a 25%, nos últimos 22 anos (1991-2013), de 15 740 habitantes para os 12 583 habitantes (c.f. Gráfico 2).

No concelho da Póvoa de Lanhoso, este decréscimo populacional não foi tão acentuado como em Vieira do Minho, a população residente no município sofreu uma diminuição de 4%, nos últimos 12 anos (2001-2013), de 22 735 habitantes para os 21 844 (c.f. Gráfico 2).

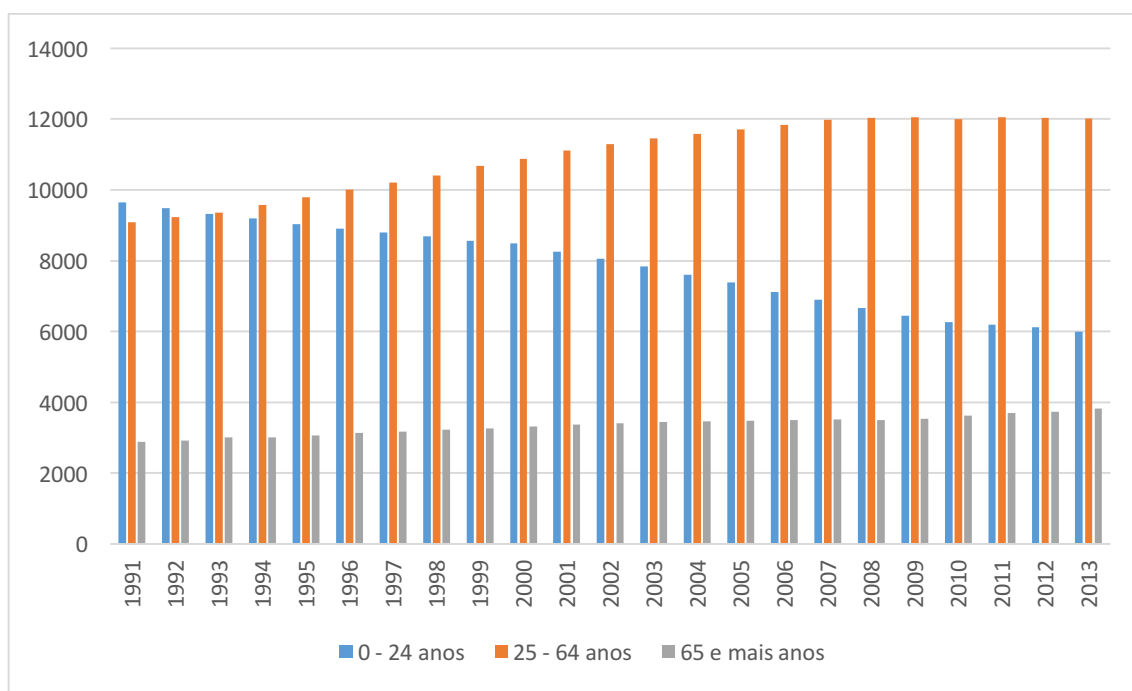
Gráfico 3: Estrutura Etária do Continente



Fonte: INE

A população de todo o país está num processo de envelhecimento, embora mais marcado nos distritos do interior (envelhecimento da população e consequentemente redução da natalidade, êxodo rural, emigração). Associado à progressão do decréscimo populacional é expectável, que nos próximos anos se aprofundem as alterações da estrutura etária da população em resultado da combinação do decréscimo da população jovem e do aumento da população idosa, com o agravamento do envelhecimento populacional. Em 2014, Portugal apresenta um índice de envelhecimento populacional de 138,6, significando isto que, por cada 100 jovens existem 138,6 idosos (ver Gráfico 3). Nos últimos anos as estimativas têm demonstrado um duplo envelhecimento demográfico, havendo um aumento de idosos e em paralelo uma diminuição do número de jovens.

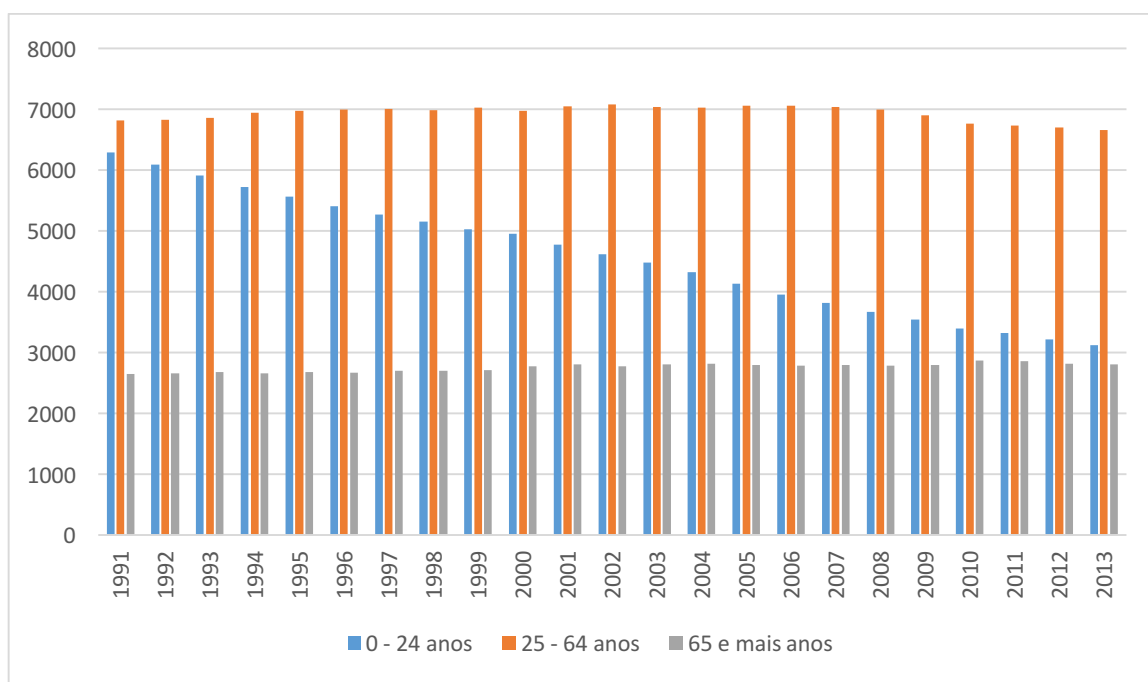
Gráfico 4: Estrutura Etária da Póvoa de Lanhoso



Fonte: INE

O Concelho da Póvoa de Lanhoso, à semelhança do que acontece por todo o país, tem registado ao longo dos últimos anos, um envelhecimento da população residente. Tal como podemos constatar no Gráfico 4, estamos perante uma quebra da população mais jovem e um aumento da população em idade mais avançada, o índice de envelhecimento no concelho em 2014 era de 120,8. Salienta-se um decréscimo na população com idades compreendidas entre os 0 e os 24 anos.

Gráfico 5: Estrutura Etária de Vieira do Minho

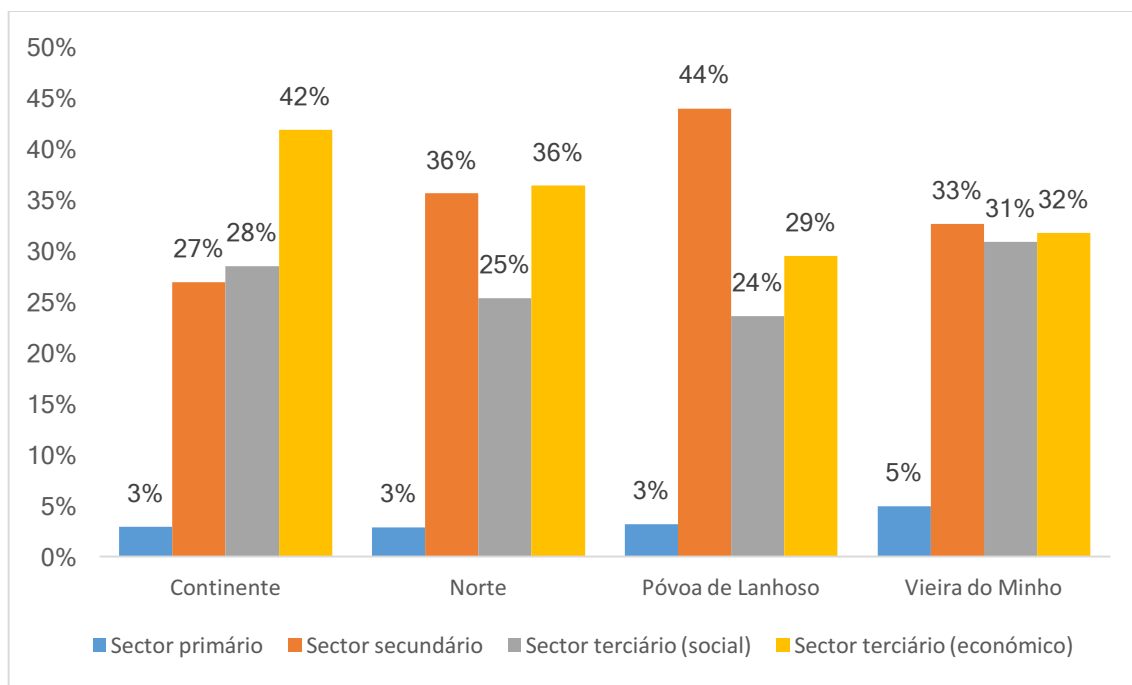


Fonte: INE

Relativamente ao concelho de Vieira do Minho, este viu a sua população a diminuir ao longo dos anos, apresentando uma dinâmica populacional de tendência negativa, marcada pela baixa natalidade e pelo envelhecimento da população. É importante referir que o índice de envelhecimento no concelho em 2014 era de 178,9. Com efeito, dos cerca de 13 000 indivíduos que residem no concelho, cerca de 3 000 (23%) pertencem ao grupo etário dos 65 ou mais anos. Este envelhecimento populacional, tal como é possível analisar no Gráfico 5, está associado à diminuição do crescimento natural, nomeadamente, à diminuição progressiva da taxa de natalidade. No caso de Vieira do Minho, a diminuição da natalidade associa-se também aos fenómenos migratórios no agravamento do envelhecimento populacional. De facto, muitos jovens têm saído do concelho em busca de novas oportunidades, não só ao nível do emprego, mas também ao nível da formação escolar, o que materializa um fenómeno que podemos considerar de êxodo rural.

6.1.2. Estrutura Produtiva

Gráfico 6: Distribuição da População Empregada (2011)

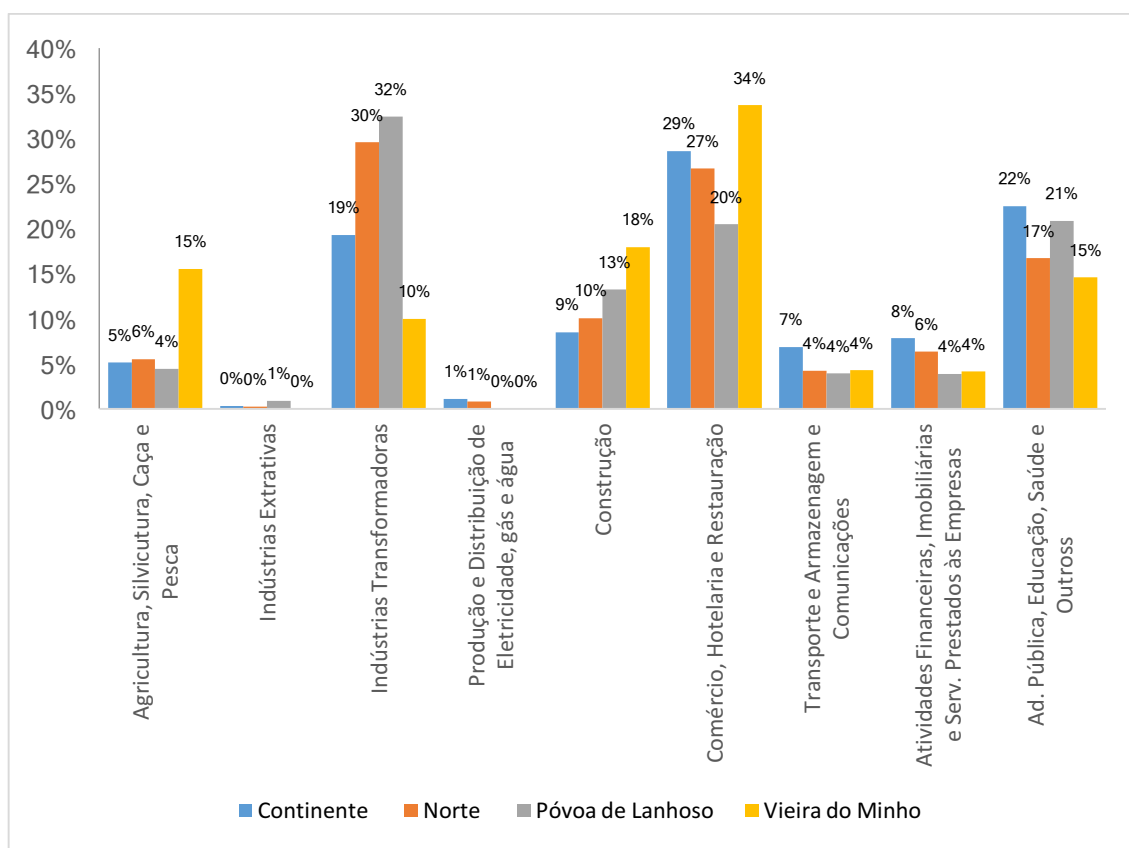


Fonte: INE

Analisando os indivíduos empregados, constata-se que em 2011, 31% da população residente em Vieira do Minho encontrava-se empregada, sendo que destas, 63% estavam empregados no setor terciário, 33% trabalhavam no setor secundário e apenas 5% laborava no setor primário (Gráfico 6). No mesmo ano, no município da Póvoa de Lanhoso, a população que se encontrava inserida no mercado de trabalho era de 37%, destes, 57%, exercia funções principalmente no terceiro sector, seguindo-se o sector secundário (44%) e, por último, o sector primário (3%).

De salientar, que no que diz respeito ao mercado de trabalho, estes municípios possuem uma taxa de atividade inferior à nacional e, consequentemente, uma taxa de inatividade superior à taxa de inatividade do território nacional. A população destes municípios encontra-se, principalmente, dependente do terceiro sector de atividade.

Gráfico 7: Percentagem de Pessoas ao Serviço por Atividade (2014)



Fonte: INE

A economia de Vieira do Minho, baseia-se na agricultura, produção de fumeiro, e na criação de gado, essencialmente bovino e suíno. O pequeno comércio, a construção civil e os serviços constituem outras das principais atividades (Gráfico 7).

As atividades de transformação de produtos do setor primário, nomeadamente o fumeiro, apresentam elevados níveis de competitividade, especialmente pela diferenciação associada ao local e mais concretamente ao processo de produção próprio do território. As atividades transformadoras de produtos primários são desenvolvidas por empresas familiares de pequena dimensão, com dificuldades de acesso aos mercados e com níveis de qualificação relativamente baixos.

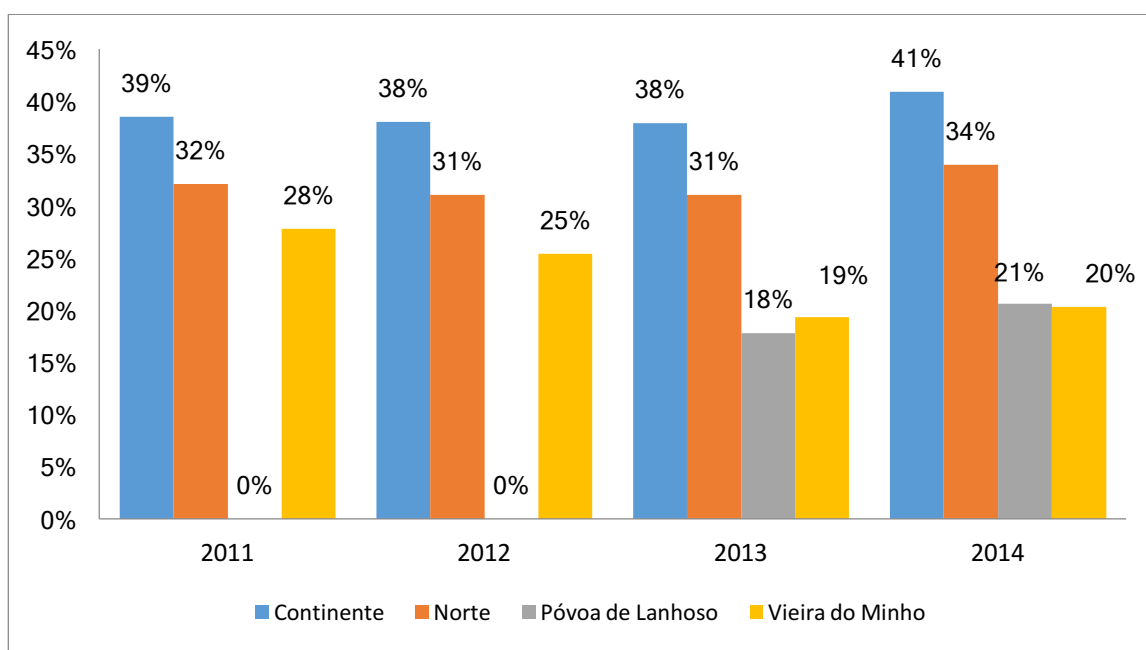
A montante dessas atividades transformadoras encontram-se atividades de criação de gado, principalmente de bovino e suíno.

Relativamente a economia da Póvoa de Lanhoso, esta baseia-se na agricultura, na ourivesaria e na exploração de granito. Consequentemente, a produção agrícola é a atividade com maior manifestação dentro da localidade.

É também um terreno rico em granito, esse bem mais abundante que é explorado nas diversas pedreiras dispersas pelo concelho, para extração de granito, muito utilizado na construção de habitações.

No que diz respeito ao setor da agricultura, este caracteriza-se por ter aptidão agropecuária e florestal, predominando entre outros a cultura do milho, centeio, feijão, castanha, que são consideradas como culturas de subsistência. Quanto às culturas permanentes, não podemos deixar de evidenciar a importância do olival e, ainda em maior relevância, a uva (vinha).

Gráfico 8: Taxa de Ocupação Cama

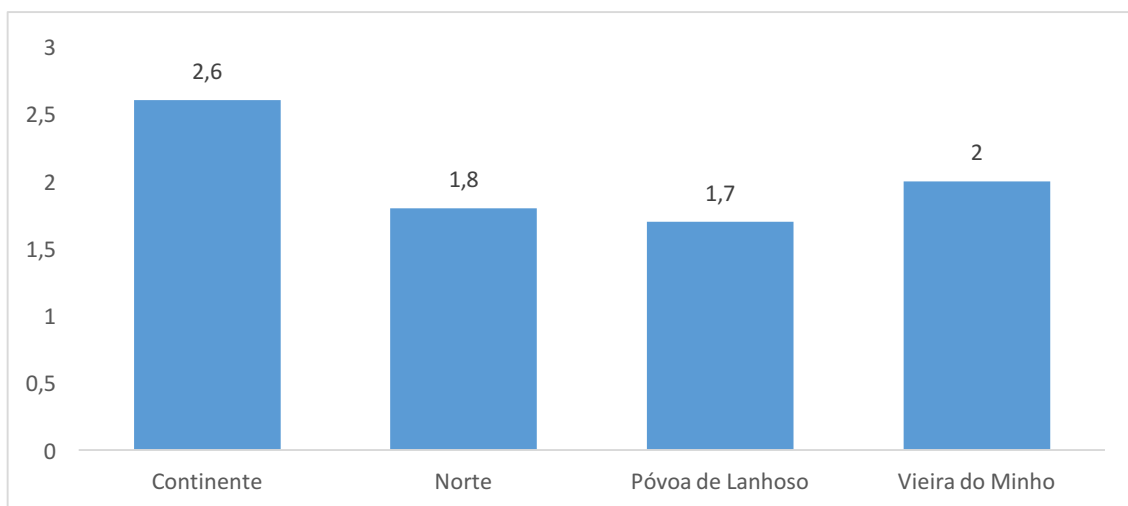


Fonte: INE

As atividades turísticas, nomeadamente o turismo em espaço rural, têm experimentado um crescimento notório na última década, contudo no concelho de Vieira do Minho, este tem experimentado um decréscimo notório nas taxas de ocupação/cama, passando de 27,8% em 2011 para 20,3% em 2014, como se verifica no Gráfico 8. A quebra da procura turística, traduz-se pela falta de eventos no município, pela falta de comunicação e dinâmica dos mesmos.

Por outro lado, no concelho da Póvoa de Lanhoso, tem acompanhado a média nacional e registou um aumento de 2,8% de 2013 para 2014. Sendo que nos anos anteriores (2011 e 2012) não foi possível obter dados acerca da atividade turística, e por isso no Gráfico 8, constar valores nulos.

Gráfico 9: Estadia Média em Dias (2013)



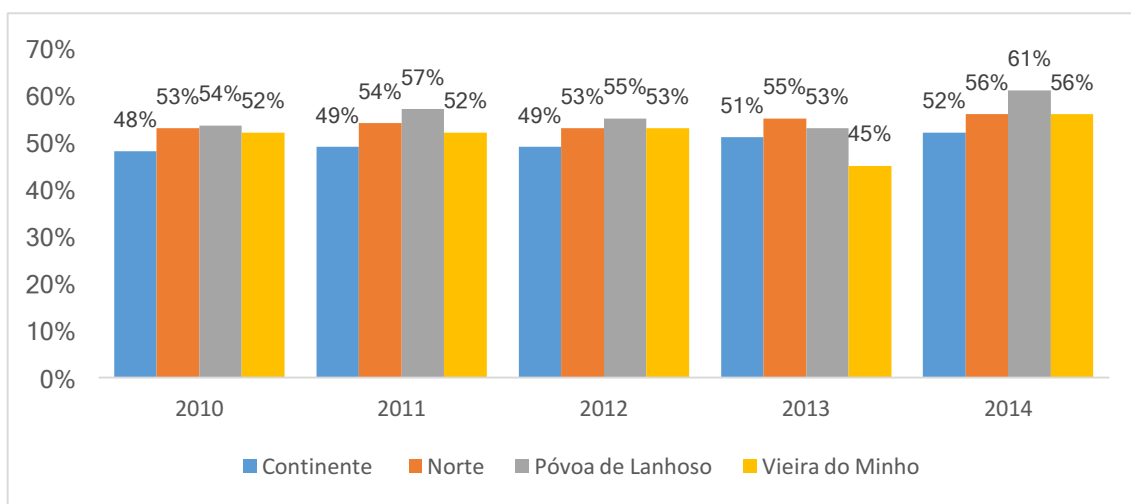
Fonte: INE

Vieira do Minho apresenta, estadias médias sistematicamente superiores às da região Norte (2 noites face a 1,8 noites, em 2013). No mesmo ano, no município da Póvoa de Lanhoso, a estadia média em dias, situa-se muito perto da média da região Norte (1,7 noites face a 1,8 noites), conforme apresentado no Gráfico 9.

O aumento da oferta turística é a resposta a uma procura em crescimento. Esta resulta, em grande medida, da dinâmica induzida pelos eventos que periodicamente são organizados nestes municípios (gastronómicos, culturais ou desportivos), com grande sucesso em termos de visitantes, embora a acessibilidade e mobilidade a estas regiões seja de extrema dificuldade.

A oferta de serviços públicos e comerciais, como as atividades de serviços mais qualificadas, localizam-se na sede do concelho.

Gráfico 10: Taxa de Sobrevivência das Empresas Nascidas Dois Anos Antes



Fonte: INE

A dinâmica empresarial no concelho da Póvoa de Lanhoso demonstra alguns sinais de resiliência. Entre 2010 e 2014, a taxa de sobrevivência das empresas com menos de dois anos de vida foi sempre superior à verificada no Continente e tendencialmente superior à verificada na Região Norte (ver Gráfico 10). A situação de Vieira do Minho é semelhante, verifica-se que tendencialmente este concelho apresenta taxas superiores às verificadas no Continente e sempre muito perto das taxas da região Norte.

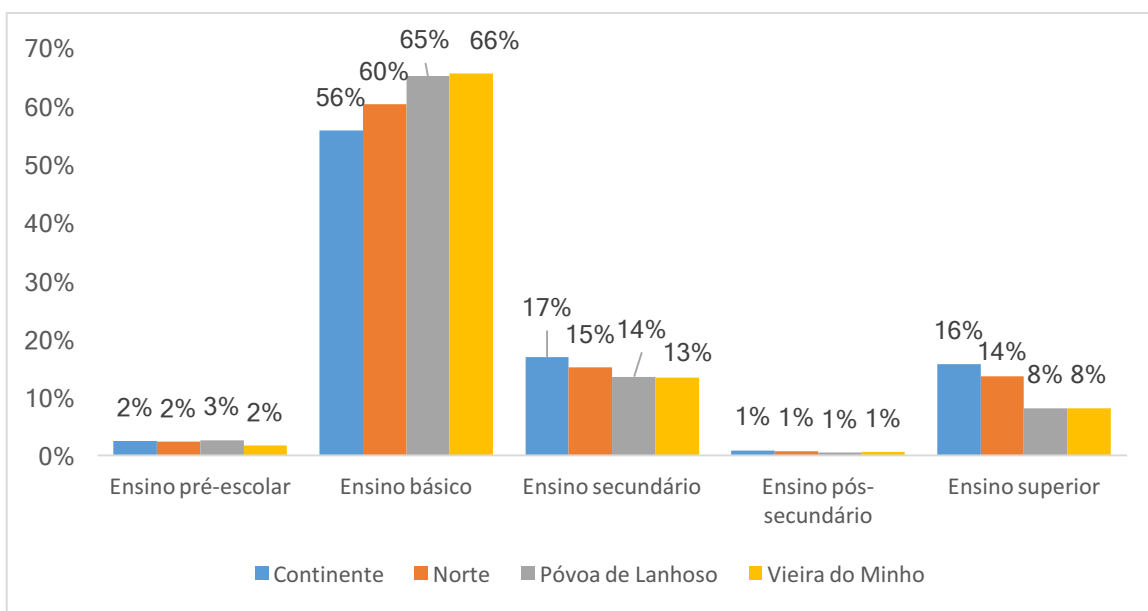
6.1.3. Emprego e Qualificações

O município de Vieira do Minho e da Póvoa de Lanhoso apresentam uma taxa de atividade inferior à média da região Norte e do Continente (42,5%, 51,4%, 56,1% e 55,8%, respetivamente). A taxa de desemprego no Município de Vieira do Minho é mais elevada que a média da região e do País. Segundos o Censos de 2011, a taxa de desemprego no Município de Vieira do Minho era de 16,3%, superior aos 14,5% da região Norte e aos 13,2% do País. Contudo, no Município da Póvoa de Lanhoso, a taxa era de 13,2%, menos elevada que a média da região Norte e equivalente a média nacional.

No mês de janeiro de 2015, estavam inscritos no centro de emprego 1383 desempregados da Póvoa de Lanhoso, sendo que 718 eram do género masculino e 655 do género feminino. Dos 1383 desempregados, 198 estavam à procura do 1.º emprego e 1185 estavam à procura de novo emprego.

Relativamente a Vieira do Minho, a média anual de desempregados inscritos no ano de 2015, foi de 980, sendo que 453 eram do sexo masculino e 527 do sexo feminino. Dos 980 desempregados, 142 estavam à procura do 1º emprego e 838 estavam à procura de novo emprego.

Gráfico 11: Nível de Escolaridade (2011)



Fonte: INE

Os níveis de qualificação da população residente são muito reduzidos. A comparação com as médias da região e do País evidencia avultados défices de qualificações. Relativamente a Vieira do Minho, apenas 13% da população concluiu o 12ºAno, face aos 15% da região Norte e aos 17% do Continente, e só 8% da população possui o ensino superior, face aos 14% da região Norte e aos 16% do Continente. Os mesmos dados estatísticos relativos ao nível de escolaridade da população da Póvoa de Lanhoso em 2011, indicaram que a maioria desta população (65%) possuía um nível de escolaridade até ao ensino básico, 14% possuía o nível secundário e cerca de 8% tinha o ensino superior completo (Gráfico 11).

O défice de oportunidades de emprego para os mais qualificados, resulta de uma estrutura produtiva relativamente desqualificada, o que dificulta a sua retenção nos municípios. Este tipo de trabalhadores vê-se obrigado a procurar oportunidades em municípios com estruturas produtivas e especializações mais complexas e inclusivamente no estrangeiro. A saída dos mais qualificados acontece na maioria das ocasiões ainda na

fase escolar. Estes abandonam o concelho para continuar os estudos e, na maioria dos casos, devido ao défice de oportunidades e às características da oferta de serviços e *amenities*, acabam por não regressar.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), nos concelhos de Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, os níveis salariais estão em concordância com os níveis de qualificações. O salário médio no concelho é mais baixo que o da região e significativamente mais baixo que o da média nacional. O ganho médio mensal em 2014 foi de 757,96€ em Vieira do Minho e de 930,97€ na Póvoa de Lanhoso, enquanto que na região Norte foi de 958,11€ e de 1.095,59€ em Portugal.

6.1.4. Património Cultural

O património rural e religioso é um importante repositório da cultura rural e das identidades dos concelhos do interior do país. Em Vieira do Minho, a forte tradição rural e agrícola traduz-se na presença de várias estruturas pré-industriais ligadas à atividade agro-pastoril e aos recursos naturais disponíveis no território, que pelo seu valor histórico e social merecem ser salvaguardadas e lembradas. Também as estruturas que utilizam a energia hidráulica e de arquitetura imponente moldaram as paisagens vieirenses, testemunhando assim o domínio do Homem sobre a Natureza.

O concelho em seu todo é uma capital do turismo em espaço rural, nele encontra-se pitorescas aldeias serranas, que preservam tradições antigas e ostentam marcos do comunitarismo. O turismo, assente no património ambiental e cultural, tem permitido o desenvolvimento económico do concelho. A aposta no turismo fomentou o aparecimento de inúmeras unidades de alojamento e infraestruturas de lazer e de desporto.

Em Vieira do Minho, para além do Parque de Campismo e Caravanismo da Cabreira e do alojamento local, o turista tem ao seu dispor unidades de alojamento cuidadosamente restauradas, onde o conforto, a tranquilidade e tradições do mundo rural se conjugam com harmonia. São casas de arquitetura vernácula, acolhedoras e ladeadas por paisagens deslumbrantes. Atualmente, o concelho conta vários espaços nas várias modalidades de turismo em espaço rural e de turismo de habitação. Esta oferta caracteriza-se por uma forte presença de unidades de reduzida dimensão e de cariz familiar. A Casa Museu Adelino Ângelo é um dos marcos da cultura do concelho. Nela está patente uma exposição permanente do Mestre Adelino Ângelo, vulto da pintura

reconhecido internacionalmente. Nesta casa existem também outros espaços que acolhem exposições de artistas, muitos deles vieirenses.

O concelho detém cascatas e paisagens maravilhosas, como por exemplo, o ponto mais alto da Serra da Cabreira, o Talefe, a 1262 metros de altitude. A Serra da Cabreira alberga uma fauna e flora riquíssimas, e também é um local da nascente de um dos principais rios de Portugal, o Rio Ave. O concelho possui, o Museu da Mota Antiga, com vários exemplares excepcionais, a Casa Museu Adelino, um centro cultural, instalado num antigo solar, onde é palco de vários eventos culturais e artísticos, incluindo exposições permanentes e temporárias, concertos e cursos.

Relativamente ao lazer, a Albufeira do Ermal, finalista das 7 maravilhas de praias de Portugal na categoria de praias de albufeiras e lagoas, que permite a prática de vários desportos aquáticos e que tem equipamentos desportivos únicos no país, nomeadamente o *telesky*. Esta infraestrutura oferece a possibilidade de praticar *wakeboard*, *mono-ski* e *kneeboard*, através de um perímetro com cerca de 800 m. É o fator velocidade que constitui o aspeto aliciante destes divertimentos, assim como os *kickers* espalhados ao longo do trajeto para que os mais audazes possam efetuar os seus saltos. Para um contexto mais tranquilo, a opção ideal é o Parque Florestal, excelente para relaxar, fazer caminhadas e piqueniques.

Relativamente ao concelho da Póvoa de Lanhoso este é rico em património da época medieval, como por exemplo, a Igreja do Mosteiro de Fonte Arcada, a Igreja de Santa Maria de Verim, o Pelourinho do Moure, de arquitetura manuelina do século XVI, bem como outros monumentos religiosos significativos do concelho, dos quais incluem a Capela do Horto e a capela de São Mamede.

No que ao turismo diz respeito, existem outros pontos de interesse, que passo a enumerar:

- O Monte de São Mamede, que é o ponto mais alto do concelho da Póvoa de Lanhoso, com 750 metros de altitude. É considerado um dos mais invulgares miradouros, pois está no ponto exato da separação de duas das mais importantes bacias hidrográficas do norte do País, as do Cávado e a do Ave.
- O Castelo de Lanhoso, localizado sobre o Monte de Lanhoso, um enorme monólito granítico, o maior da Península Ibérica. O Castelo de Lanhoso, é um magnífico exemplar da arquitetura militar medieval portuguesa.
- O Santuário de Nossa Senhora do Porto de Ave é um dos mais importantes

santuários marianos de Portugal. O santuário alberga também um museu de arte sacra.

- O Museu do Ouro, é um dos marcos do concelho. Instalado numa antiga oficina, este exhibe peças únicas, fruto do trabalho de pesquisa e recolha de um ourives local, a coleção é formada por numerosos objetos de ouro, utensílios, mobiliário e bibliografia relacionada com a ourivesaria.

O concelho também ostenta belos edifícios do século XIX, como o Palacete Vila Beatriz, construído junto ao Rio Ave. É na Vila de Póvoa de Lanhoso que se encontra a maior concentração de população e de património. A Casa da Botica, alberga a biblioteca municipal, os serviços culturais, a sala de interpretação do território, a cave dos vinhos verdes e o posto de turismo. A Vila ostenta vários jardins e edifícios elegantes construídos no final do século XIX e início do século XX, incluindo o Hospital António Lopes, o Lar de São José e o edifício do Theatro Club, exemplo da Arte Nova, que possui uma prestigiada sala de espetáculos culturais e uma galeria de exposições.

O concelho oferece múltiplas atividades ao ar livre, nomeadamente o Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos (CICC), que é também o Centro Ambiental da Póvoa de Lanhoso, que integra um magnífico exemplar de Carvalho Alvarinho, classificado como árvore de interesse público.

Os amantes de atividades aquáticas têm várias infraestruturas ao seu dispor, incluindo a Barragem das Andorinhas, os parques de lazer de Pontão e da Rola e da Praia Fluvial de Verim, bem como o DiverLanhoso, o maior parque de aventura do país, que oferece um diversificado leque de atividades ao ar livre.

6.1.5. Gastronomia

A gastronomia Vieirense é tão variada quanto o património natural e cultural. Esta está intimamente ligada às principais atividades económicas e aos recursos naturais do concelho provenientes da produção agrícola e da criação animal. Está profundamente marcada pelos sabores rurais e serranos, e pelo aproveitamento dos produtos endógenos que possibilitam a confeção de iguarias verdadeiramente sedutoras.

Os saberes locais, geram sabores inesquecíveis, são várias as propostas regionais capazes de saciar o apetite dos mais gulosos, tais como, “Vitela Barrosã”, “Cabrito”,

“Couves com feijão”, “Cozido à Portuguesa”, “enchidos”, “presunto” e um grande leque de saborosas sobremesas.

A produção de fumeiro é uma atividade característica do concelho de Vieira do Minho desde os tempos mais idos. Para a alimentação da família ou para a comercialização, o fumeiro de Vieira do Minho é reconhecido pela sua qualidade e tempero. O concelho tem um número cada vez maior de produtores de fumeiro, que têm oportunidade de divulgarem os seus produtos na Feira do Fumeiro.

O concelho da Póvoa de Lanhoso, ao longo dos anos tem preservado os seus pratos mais típicos, passando de geração em geração as suas receitas e segredos, e hoje são motivo de orgulho para os seus povos e verdadeiros embaixadores da região. Póvoa de Lanhoso, terra detentora de uma afamada carne, bem como outros produtos autóctones, com os quais se confeccionam os famosos “sarrabulhos”, o “arroz de frango pica do chão”, os “rojões” o “cabrito assados” e os “bifes de boi”, assim como pratos de peixe, tais como, as “pataniscas” e as diversas receitas de bacalhau. Tudo isto, regado com o vinho verde da região e acompanhado com o pão de milho cozido no tradicional forno de lenha. A gastronomia da Póvoa de Lanhoso é considerada uma das mais ricas da região.

Na Póvoa de Lanhoso, conforme a tradição, no dia 19 de março, dia de São José e feriado municipal é também dia do “cabrito assado” e no 1º domingo de setembro, dia da Romaria de Nossa Senhora de Porto d’Ave, é dia do tradicional “bife à Romaria” e de melão apimentado para sobremesa.

6.1.6. Artesanato

O artesanato de Vieira do Minho reflete a preocupação em preservar as tradições e o dia-a-dia dos habitantes da terra, não somente através dos materiais utilizados, como também das temáticas abordadas. O cobre, a cestaria em vime, o linho, a lã, a madeira, a pedra, os bordados e a tirela são os materiais privilegiados pelos artesãos locais. Ainda hoje é possível encontrar algumas oficinas de artesanato que trabalham estes materiais, entre as quais, o Centro de Artesanato de Agra, ponto de produção e de venda de artigos em linho, bordados, rendas, colchas, toalhas de batismo, tapetes, entre outros.

Na Póvoa de Lanhoso, o artesanato está ligado essencialmente ao ancestral da indústria de ourivesaria. Muitos consideram que a Póvoa de Lanhoso é o berço da arte filigrana em Portugal, que produz peças de grande elegância e delicadeza. O concelho

alberga múltiplas oficinas familiares, onde conhecimentos têm sido passados de pais para filhos neste mundo de gerações. Estas oficinas são autênticos museus, conciliando no mesmo espaço vivências de gerações anteriores com a modernidade exigida pelo tempo, modernidade nos desenhos das peças e dos equipamentos utilizados.

6.1.7. Eventos e Romarias

O concelho de Vieira do Minho é palco de várias festas importantes, como a Feira da Ladra e a Feira do Fumeiro. A Feira da Ladra é a principal romaria do concelho, esta festa concelhia decorre no mês de outubro e dá especial destaque às tradições populares, aos costumes do concelho, à dinâmica do mundo rural, às exposições de produtos locais, às exposições pecuárias, às tradicionais chegadas de bois e corridas de cavalos, às bandas de música, ao cortejo etnográfico e ao fogo-de-artifício. É um momento ímpar de negócio, onde agricultores, criadores de gado, artesãos, operários, comerciantes e industriais transacionam os seus bens e produtos.

A Feira do Fumeiro é anualmente visitada por milhares de pessoas que chegam fundamentalmente, da zona Norte do país, que são grandes apreciadores dos produtos do concelho. Este ano, as expectativas para a edição XXI da Feira do Fumeiro que se realizou no dia 17 e 18 de Fevereiro, eram de um volume de negócio na ordem dos 400 mil euros e a transação de 30 toneladas de fumeiro. Nesta feira, também estiveram em destaque os restantes produtos da região, nomeadamente o artesanato, o cobre, os bordados, os produtos hortícolas, o vinho verde e os queijos. Para além da vertente comercial, a Feira do Fumeiro é ainda processo de envolvimento dos vários agentes locais, nomeadamente os restaurantes, as casas de turismo rural, numa estratégia de promoção do concelho. O Fumeiro de Vieira do Minho tem ganhando prestígio e notoriedade, isso reflete-se pelo aumento das vendas de ano para ano, muitos consumidores reconhecem nestes produtos grande qualidade.

O WRC Vodafone Rally de Portugal, é outro evento que gera um fluxo turístico inigualável, centenas de milhares de turistas e visitantes, nacionais e estrangeiros deslocam-se à Região. Este evento constitui um verdadeiro instrumento estratégico de marketing turístico que terá assegurado no ano de 2016 um retorno económico direto na ordem dos 2.565.118€, no concelho de Vieira do Minho.

O concelho da Póvoa de Lanhoso é palco de diversas festas, feiras e romarias durante todo o ano, onde deixam transparecer a alegria dos habitantes desta terra do ouro. Dessas festas, salientam-se as Festas de São José, a Feira Tradicional da Maria da Fonte e a Romaria de Nossa Senhora de Porto d’Ave. As Festas de São José realizam-se no mês de março e tencionam dar a conhecer o que de melhor se faz nas Terras de Lanhoso. Esta festividade concelhia engloba diversas atividades desde desporto, cerimónias religiosas, cantares ao desafio, bandas de música, bombos, folclore, fogo-de-artifício, a feira franca, o cortejo histórico e etnográfico, o concurso pecuário, artesanato e o fim-de-semana gastronómico, entre outros.

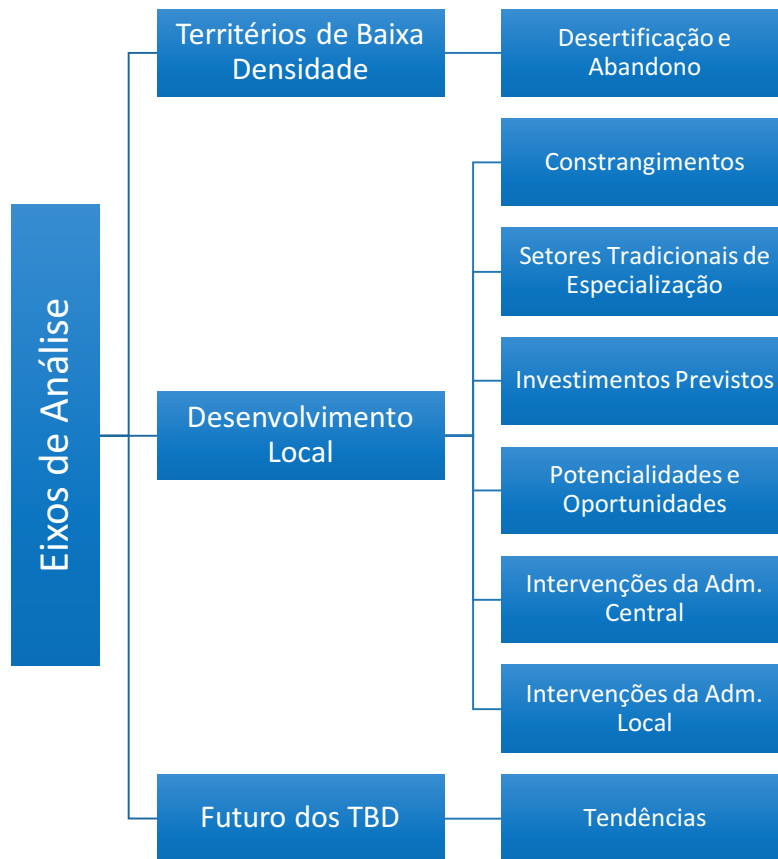
A Feira Tradicional da Maria da Fonte é um evento histórico-cultural que pretende recriar a época da Maria da Fonte, nomeadamente as tradições das suas gentes, usos, costumes, artes e ofícios. Na praça Eng.º Armando Rodrigues e no largo António Lopes são exibidas peças de teatro, exposições, folclore, música popular, etnografia, jogos tradicionais, bem como, a presença de típicas tabernas para os visitantes saborearem a gastronomia e as iguarias típicas da região e a doçaria conventual. A Romaria em honra de Nossa Senhora de Porto d’Ave, é uma das maiores e das mais típicas romarias do Minho. Esta festa é também conhecida pela “Romaria dos Bifes e dos Melões”. As festividades prolongam-se durante toda a semana, mas o destaque vai para a Feira Gastronómica, que se inicia na quinta. Durante quatro dias os visitantes têm a possibilidade de escolher o seu bife de carne barrosa nos diversos talhos espalhados pela feira e leva-o à tasquinha para cozinhar. Para sobremesa há o tradicional melão casca de carvalho à venda por diversos vendedores.

O objetivo destes eventos é atrair turistas e visitantes à região, de modo a dinamizar e promover as potencialidades do concelho e, ao mesmo tempo, contribuir para a revitalização do património gastronómico e cultural, com vista ao desenvolvimento da económica local.

6.2. Análise das Entrevistas

Através de entrevistas e posterior análise das mesmas a diversos atores locais, consegui contributos relativamente aos eixos de análise que estão apresentados no gráfico abaixo.

Figura 5: Eixos de análise e tópicos abordados nas entrevistas



Fonte: Elaboração própria

6.2.1. Desertificação e Abandono

Relativamente ao eixo de análise sobre “territórios de baixa densidade”, os entrevistados têm apontado como causas da desertificação e abandono do território, o envelhecimento da população juntamente com a baixa taxa de natalidade “*Como só as pessoas de mais idade ficam nas aldeias, a taxa de mortalidade aumenta e, conseqüentemente, a aldeia também morre. Por outro lado, temos a taxa de natalidade que diminui*” (E.6), a migração e o desemprego “*Creio que a falta de oportunidades de emprego, pois a população mais nova tende a emigrar ou deslocar-se ao meio urbano*” (E.7), a escassa oferta de serviços “*Como não há pessoas jovens, os territórios de baixa densidade populacional morrem. Deixa de haver escolas, cafês, comércio local, centros de saúde, segurança social*” (E.6).

O fator mais apontado como a principal causa são as fracas medidas de poder local, conforme citou o Diretor das Escolas de Vieira do Minho Rui Monteiro:

“quem está nestes territórios de baixa densidade, como nós, sentimos que cada vez nos querem ajudar menos, querem mesmo desertifica-los, visto que os investimentos são sempre feitos à beira mar, e juntos dos grandes centros, das grandes Metrópoles (...) a desertificação podemos começar por aí a combater-la, mas vê-se que ninguém tem interesse em combatê-la, quando eu digo isto, falo da administração do país. Os sucessivos governos têm contribuído sistematicamente para que ela cada vez se acentue mais”

(Entrevista realizada ao Dr. Rui Monteiro no dia 24 de Fevereiro de 2017).

6.2.2. Constrangimentos

O segundo grande eixo de análise das entrevistas realizadas aborda o “desenvolvimento local” dos municípios em estudo. A primeira dimensão de análise deste eixo trata a questão dos constrangimentos ao desenvolvimento que estes territórios possuem. Os fatores mais referidos foram, a acessibilidade e as razões políticas, tal como Rui Monteiro, diretor do Agrupamento de Escolas de Vieira do Minho, referiu:

“Ninguém tem interesse em combater esta desertificação, quando eu digo isto, falo da administração do país (...) estes territórios estão a ser prejudicados a nível da distribuição de verbas, igualdade de oportunidades de determinados setores da economia que nunca cá chegam as candidaturas. Nós temos aquilo que os outros têm, o nosso problema é estar longe dos grandes centros.”

(Entrevista realizada ao Dr. Rui Monteiro no dia 24 de Fevereiro de 2017).

Estes constrangimentos são maiores, pelo facto de se tratarem de concelhos do interior do país, que devido as suas dificuldades de acessos, dificultam enormemente a atração de novos investimentos e a fixação de empresas na região, conforme o Dr. António Marques, Presidente da AIMinho, explicou:

“Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso, são territórios periféricos. No geral, os territórios de baixa densidade são territórios muito periféricos. Se de facto são periféricos, há de haver aqui um grande constrangimento que resulta da primeira questão, se eu não tenho pessoas qualificadas, pessoas valorizadas, se as pessoas têm menos dinheiro para gastar, se o rendimento disponível das pessoas é menor, aquela economia de proximidade, como restaurantes e hotéis sofre, se o dinheiro é menor o consumo interno diminui. Se houver desertificação o que é factual nestes territórios, eu tenho dificuldade em captar gente, o mesmo é dizer captar investimentos” (...) “o constrangimento essencial, se eles ficam mais desertos, a aposta da Política Pública é menor, se a aposta da Política Pública é menor, a mobilidade sofre, as principais amenidades que levam a atração de investimentos também são menores, os investimentos não vão para lá, irão para Braga, Porto, Lisboa, pois como se sabe os políticos só investem onde há muita gente, porque é aí que estão os votos.”

(Entrevista realizada ao Dr. António Marques no dia 13 de Abril de 2017).

Outros fatores anunciados pelos entrevistados foram as baixas qualificações da população e a divisão territorial. Conforme os seguintes testemunhos: *“na sua maioria, os que permanecem na condição de desempregados têm associada a questão das baixas qualificações.”* (E.2); *“a divisão do terreno e a posse dele, foi sempre uma coisa muito complicado, por isso produzir em grande escala será sempre difícil.”* (E.3); *“A dimensão da propriedade, a organização das estruturas rurais e a formação dos recursos humanos.”* (E.4)

6.2.3. Setores Tradicionais

Relativamente à questão dos setores tradicionais de especialização, as opiniões dos entrevistados quando interrogados se estes constituíam uma oportunidade para a economia do seu território, ambos afirmaram ser uma mais valia para o desenvolvimento da economia da região, nomeadamente uma maior aposta no turismo rural e na valorização dos pontos de interesse locais, bem como os produtos locais fornecidos através da agricultura como do artesanato. Como se entende no testemunho dado pelo presidente de Vieira do Minho, António Cardoso e pela aluna, Hélia Fernandes:

“Vieira do Minho tem como principal setor a agricultura. É também uma aposta desta autarquia que presido, promover os Produtores Locais, nomeadamente na oportunidade de venda dos seus produtos nos eventos que desenvolvemos ao longo do ano, só desta forma é permitido a estes produtores escoar o que produzem. É sem dúvida uma oportunidade para a economia local. A agricultura começa finalmente a deixar de ser para sustento próprio para ser comercializada” (...) “o Turismo Rural é outro dos setores em Vieira do Minho, as mais de 100 casas de turismo rural espalhadas pelo concelho de Vieira do Minho são um impulso importante na economia local.”

(Entrevista realizada ao Eng. António Cardoso no dia 7 de Março de 2017).

“Os setores tradicionais de especialização são uma mais valia económica para o território, porque fazem as pessoas terem o próprio emprego, devido à venda de mel, hortaliças, fumeiro, entre outras coisas. Além dos produtores fabricarem para consumo próprio, também fabricam para vender”

(Entrevista realizada a aluna Hélia Fernandes no dia 17 de Março de 2017).

Nestes territórios já estão presentes várias empresas ligadas a área da agricultura, nomeadamente, empresas de plantação de morangos, mirtilos, fumeiro, avicultura com produção de carne e ovos, ervas aromáticas, plantas medicinais, entre outras. Estas novas áreas que são patrocinadas pela União Europeia, constituem uma oportunidade para estes territórios, como podemos comprovar através de um inquérito lançado no pmeportugal.pt, que apresentou resultados surpreendentes relativamente aos setores tradicionais com maior potencial de exportação: 3 em cada 4 respostas vêm de setores tradicionais. O resultado conclui que o setor alimentar representa 41% das exportações. Tendo em conta o crescimento do consumo mundial pelos mercados emergentes dos produtos de tradição como vinho, azeite e fumados, e dada a excelência de Portugal nestes domínios, o resultado é até previsível. As conclusões deste inquérito coincidem com as famosas conclusões do relatório Porter sobre a Competitividade da Economia Portuguesa nos anos 90, que apontava precisamente para uma apostas nos setores tradicionais e de especialização de Portugal no mundo. Há ainda imenso espaço para o desenvolvimento destes setores, quer pela apetência de grandes mercados como Brasil ou China por produtos sofisticados, quer pelas novas tendências que despertam no mundo anglo-

saxónico sobre a necessidade de ter uma dieta equilibrada, onde o azeite é fulcral.

6.2.4. Investimentos Previstos

Ao nível dos investimentos ou intenções de investimentos que estão previstos concretamente para o Município de Vieira do Minho, temos a construção do segundo “*call center*” do grupo Altice, que vai nascer no edifício da antiga EB1 de Vieira do Minho, que está a ser recuperado e ampliado, para acolher também uma incubadora de empresas. O município assume o investimento de 1,1 milhões de euros das obras, sendo que depois o grupo Altice pagará uma renda pela utilização do edifício. Segundo o presidente, António Cardoso, este novo “*call center*” ficou concluído entre maio ou junho de 2017, irá empregar entre 200 a 300 pessoas e reduzir para metade a taxa de desemprego no concelho.

Os restantes investimentos previstos são ao nível de empreendimentos turísticos, como por exemplo, está previsto um investimento de cem milhões de euros na construção de um campo de golfe e de um hotel de cinco estrelas junto à albufeira do Ermal, freguesia de Guilhofrei, pelo vieirense Armando Pereira, dono de 30% da “Altice”, a empresa que comprou recentemente a PT. Conforme citou António Cardoso, *“já estamos a efetuar o levantamento cadastral dos proprietários dos terrenos, para as respetivas negociações, e vamos pedir ao Governo o reconhecimento como projeto PIN (Projeto de Interesse Nacional), para acelerar o processo de construção.”* O campo vai ficar situado junto à barragem do Ermal, terá 18 buracos e capacidade para ser palco de competições internacionais. Com este empreendimento turístico e desportivo que Armando Pereira quer concretizar na sua terra natal, virá a ser possível a criação de muitos outros postos de trabalho.

O município de Vieira do Minho continua firme na aposta de melhorar a passagem da prova do WRC Vodafone Rally de Portugal pelo concelho, sendo exemplo o investimento no reforço da passagem, que segundo António Cardoso, *“o investimento de 25 mil euros mais apoio logístico é mais que justificado, atendendo ao retorno muito superior que é gerado na economia local e na imagem do concelho de Vieira do Minho”*.

No Município da Póvoa de Lanhoso, está previsto a requalificação de espaços municipais de referência, um projeto piloto de eficiência energética, e a entrada em funcionamento de uma incubadora de empresas, entre outros projetos que o autarca acredita que vão fazer a diferença. A estratégia seguida pelo presidente, Manuel Baptista,

passa por apoiar a dinamização do processo de aceleração e desenvolvimento do ecossistema empreendedor e empresarial do concelho. A grande aposta será a abertura da “StartUp” Póvoa de Lanhoso, que tem por objetivo promover o espírito empresarial e dar apoio à criação e desenvolvimento de iniciativas empreendedoras na região. Segundo Manuel Baptista, *“pretendemos revigorar os parques industriais existentes, apoiando os seus promotores na instalação de empresas”*.

Ao nível de novos investimentos previstos, o município de Póvoa de Lanhoso destaca a aprovação de um projeto de interesse nacional através da instalação de uma empresa Suíça de painéis fotovoltaicos, a *“Solar Transparency”*, que conforme o presidente Manuel Baptista, vai investir cerca de 24 milhões de euros e que numa fase inicial irá criar cerca de cem novos postos de trabalho, sendo grande parte mão-de-obra muito especializada.

“Este é um projeto com estatuto PIN pela relevância que vai ter para o nosso concelho, mas também para a economia nacional.”

(Entrevista realizada ao Dr. Manuel Baptista).

Ao nível de projetos emergentes, o presidente da Póvoa de Lanhoso, destacou a empresa PROZIS que desde a sua origem conta com o apoio da autarquia. Atualmente, a empresa está num processo de crescimento e de ampliação das suas instalações, que permitirá a criação de 200 novos postos de trabalho.

Visto que a maioria das pessoas que permanecem desempregadas nestes territórios têm baixas qualificações, foi aprovado um novo projeto para o concelho da Póvoa de Lanhoso, o “Centro Qualifica”, que terá uma abrangência inter-concelhia, uma vez que também dará resposta ao município de Vieira do Minho. Segundo afirma, Manuel Baptista:

“Será um grande apoio para os adultos que necessitam de mais e melhor qualificações e excecionalmente para os jovens que não se encontrem a frequentar a modalidade de educação ou de formação e não estejam inseridos no mercado de trabalho”.

(Entrevista realizada ao Dr. Manuel Baptista).

Este projeto vocacionado para a qualificação de adultos, será uma mais-valia para

ambos os territórios, visto ter como objetivo melhorar os níveis de educação e formação dos adultos, contribuindo assim para a melhoria dos níveis de qualificação da população e a melhoria da empregabilidade dos indivíduos.

Em suma e de acordo com o parecer do Dr. António Marques, Presidente da AIMinho, os autarcas destes territórios têm de persuadir investidores privados a investir na região e dar-lhes as melhores condições. Os Presidentes das Câmaras têm de *“apostar em investimentos públicos que facilitem a atração de novos investimentos, investimentos esses de produtos transacionáveis, ou seja, que se possam vender para o exterior.”*

6.2.5. Potencialidades e Oportunidades

Relativamente às potencialidades e oportunidades destes territórios que ainda não estão plenamente aproveitadas, as mais citadas pelos vários entrevistados consistiram essencialmente em património natural, bem como produtos endógenos.

“Vieira do Minho, como será do conhecimento geral, é um concelho rural onde está rodeado pelas duas principais serras do norte do País, a Serra do Gerês e a Serra da Cabreira, esta última toda ela localizada no concelho de Vieira do Minho. Neste momento já está a ser trabalhado todo um projeto para que toda a potencialidade da Serra da Cabreira seja aproveitada ao máximo que por consequência terá retorno económico no concelho. As 4 albufeiras existentes no concelho estão a ser alvo de estudo para que possam ter ainda mais retorno económico nomeadamente a criação de pistas de canoagem, a estrutura do teleski na albufeira do Ermal será também uma potencialidade a sofrer melhorias.”

(Entrevista realizada ao Eng. António Cardoso no dia 7 de Março de 2017).

A albufeira do Ermal é vista como um ativo cujo o seu potencial *“não está totalmente aproveitado”*, projetando o presidente da câmara para esse espelho de água uma pista de canoagem apta a provas internacionais. *“O desporto natureza é uma área em que queremos apostar”*, declara António Cardoso, dando nota de uma candidatura à instalação no concelho de um centro regional de BTT.

De acordo com a opinião de Hélia Fernandes, uma estudante universitária de Vieira do Minho, *“o turismo constitui uma oportunidade que ainda não está devidamente*

aproveitada, embora existam muitas casas de turismo no concelho, não existem hotéis, spas, campos de golfe, etc.” Também segundo ela, a albufeira do Ermal deveria ser melhor reaproveitada, sobretudo o seu espaço envolvente e as festas do Município deveriam ser mais e melhor divulgadas.

Conforme afirmou José Magalhães, diretor do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, *“a qualidade dos produtos locais bem como o desenvolvimento de técnicas de comercialização e as relações de proximidade entre produtores e consumidores são, na minha perspetiva uma vertente que precisa de ser estudada e debatida porque pode ser uma oportunidade para o desenvolvimento do mundo rural”*.

Segundo Manuel Baptista, presidente da câmara da Póvoa de Lanhoso, *“a área de ourivesaria é uma área com grande potencialidade no concelho”*. O que faz com que seja necessária uma maior aposta pela parte da Câmara da Póvoa de Lanhoso na criação de eventos com vista a divulgação da oferta dos produtos desta área de negócio, visando contribuir para a dinamização do tecido económico local, e ao servir de montra dos produtos e serviços que o consumidor pode adquirir na Póvoa de Lanhoso, dará igualmente visibilidade a outros produtos e serviços, bem como aos criadores de moda e aos modelos locais.

Estes territórios na opinião do Dr. António Marques, têm de potenciar ainda mais os produtos endógenos, apostar na visibilidade, na marca dos seus produtos, no marketing dos seus territórios, nas suas potencialidades, nas barragens, na natureza, na cultura, no turismo, nos produtos da terra, no agroalimentar, na arte filigrana, etc.

6.2.6. Intervenções da Administração Central

Ao nível das intervenções no território da competência da Administração Central que deveriam ser implementadas com impacto no desenvolvimento local, as diversas opiniões convergem no mesmo sentido, sendo este que o Estado deveria apostar mais nestes territórios e não apenas nos grandes centros urbanos, ou regiões do litoral.

Conforme demonstrou o diretor do Agrupamento de Escolas de Vieira do Minho, o seu descontentamento perante a falta de apoios pela parte da Administração Central é notório:

“Não sei que lhe diga, eles querem nos tirar tudo, o centro de saúde, as finanças, e por aí fora, assim não é fácil, se eles pelo menos apoiassem a

economia local, o que já existe, já não era mau. Se pelo menos apoiassem as iniciativas que as autarquias tomam de criar parques industriais e depois tentar captar empresas para isentar de impostos, empresas que se deslocassem para o interior para que fossem compensadas com os prejuízos que têm inerentes ao facto de estarem longe de tudo.”

(Entrevista realizada ao Dr. Rui Monteiro no dia 24 de Fevereiro de 2017).

O Governo deveria privilegiar os territórios de baixa densidade, favorecendo os investimentos nestes territórios, aumentando as taxas de comparticipação ou os critérios de seleção dos projetos. Na seleção de projetos e os apoios aos mesmos, deveriam de valorizar aqueles que estejam sediados nas referidas áreas de baixa densidade, com vista ao seu crescimento económico e a criação de empregos para reter pessoas e para dar vida a estas comunidades que ao longo dos anos estão ficando desertas.

De acordo com o presidente de Vieira do Minho, a *“Administração Central, deveria transferir competências para as autarquias locais, só assim se pode desenvolver as verdadeiras necessidades de cada concelho, adotando as melhores práticas a aplicar no território”*. Os municípios vivem, atualmente, sob vários condicionalismos, com a transferência de competências do poder central para as Câmaras Municipais, teríamos uma maior eficiência e eficácia na atuação da administração pública. Mas para esta descentralização, as autarquias precisavam de renovar os seus recursos humanos.

Outro aspeto referido pelos vários entrevistados, é que a Administração Central deveria investir em melhores condições de mobilidade e de acessibilidade, para assegurar o desenvolvimento destes territórios, *“a estrada não tem as mínimas condições de segurança. Por isso, o principal seria pelo menos requalificar as estradas”* (Rui Monteiro). Na perspetiva dos entrevistados, a melhoria das condições de transporte e de comunicação são fundamentais para o desenvolvimento destes territórios, contribuindo para a redução da distância entre as áreas de maior densidade populacional, quebrando o carácter remoto e de isolamento associado a estes territórios.

Outro aspeto referido, conforme o testemunho do Eng. António Cardoso, *“a Administração Central deve incentivar através de uma redução significativa dos impostos para os habitantes destas regiões, só assim, se consegue manter lá as populações e atrair novos habitantes a fixarem-se nestes locais. Sem estes incentivos, cada vez mais haverá uma desertificação”*.

6.2.7. Intervenções da Administração Local

Relativamente às intervenções da Administração Local, os entrevistados referiram que deveria ser criada uma maior aposta na comunicação/divulgação, com vista a promover a região, os seus produtos endógenos e os diversos eventos anuais. Bem como, criar postos de trabalho, apostar na educação e formação e criar apoios e incentivos para que novas empresas se fixem no concelho.

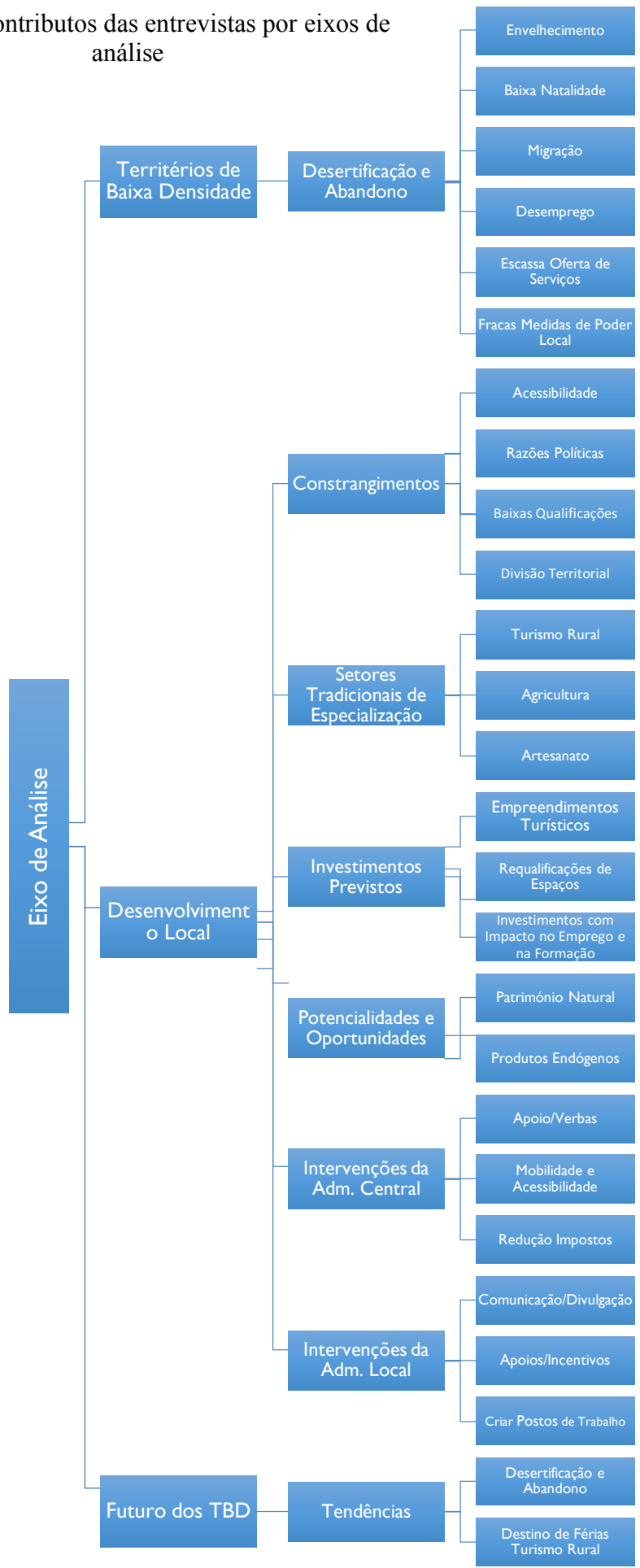
6.2.8. Tendências para o Futuro dos TDB

A última questão desta investigação, aborda as tendências para o futuro dos territórios de baixa densidade em Portugal. Relativamente a essa questão ambos os entrevistados estiveram em concordância, indicando que o futuro destes territórios, tal como se tem verificado ao longo dos últimos anos, cada vez mais assistiremos a uma desertificação e abandono desses territórios, tal como relatou o Dr. Rui Monteiro relativamente a município de Vieira do Minho, *“a tendência é ser o paraíso de fim de semana de quem tem dinheiro para cá se deslocar”*, bem como citou a aluna Hélia Fernandes, *“na minha freguesia, 60% da população está emigrada e os mais novos pensam também em emigrar, portanto, penso que estas zonas servirão apenas para lazer e casa de férias”*.

Em conformidade com a opinião do Dr. António Marques, diretor da AIMinho, a análise das entrevistas revelou que a tendência destes territórios é para decair, se não for feito um plano estratégico que aposte nos produtos endógenos destes territórios.

6.2.9. Síntese

Figura 6: Contributos das entrevistas por eixos de análise



Em suma, o futuro dos territórios de baixa densidade passa pela diferenciação e capacidade de aproveitamento dos fatores específicos de cada região. Para inverter esta tendência, esta nova geração, melhor preparada e formada, tem de definir objetivos estratégicos específicos para potencializar os recursos endógenos existentes no território, apostando essencialmente na área do Agroalimentar e do Turismo Rural. Conforme podemos concluir através da análise dos testemunhos dos vários entrevistados, estas são as únicas áreas de negócio capazes de combater a tendência destes territórios para a desertificação e que podem conduzir ao seu desenvolvimento.

6.3. Análise SWOT

Com base no diagnóstico territorial e nas informações obtidas através da realização de entrevistas, foi elaborada uma análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*), que inclui os aspetos mais destacados dos ambientes interno e externo dos Municípios de Vieira do Minho e da Póvoa de Lanhoso.

6.3.1. Forças

- Existência de um rico e diversificado património ambiental, paisagístico e histórico-cultural;
- Gastronomia tradicional;
- Produções pecuárias de elevada qualidade com Denominação de Origem Protegida;
- Existência de eventos periódicos diferenciados e reconhecidos;
- Desenvolvimento do Turismo Rural contribuindo para a fixação de investimento e para a atração de visitantes.
- Presença de população relativamente jovem.
- Território onde se localiza as duas principais serras do norte do País, a Serra do Gerês e a Serra da Cabreira, bem como a Albufeira do Ermal.

6.3.2. Fraquezas

- Fraca acessibilidade;
- Elevada fragmentação de propriedade e intenso sentimento de propriedade;
- Alta dispersão populacional;

- Elevado envelhecimento populacional e dificuldades de atração e fixação de população jovem;
- Escassa qualidade dos recursos humanos;
- Elevada taxa de desemprego, nomeadamente desemprego de longa duração, desemprego sénior e desemprego jovem;
- Tecido empresarial assente em empresas de reduzida dimensão e fraca capitalização;
- Défice de gestão empresarial;
- Fraca capacidade de aproveitamento das potencialidades locais;
- Fraca cultura de colaboração/cooperação empresarial;
- Falta de espírito associativo e cooperativo e de formação cooperativa dos produtores e dirigentes associativos;
- A atividade agrícola desenvolvida em explorações pouco especializadas e de pequena dimensão;
- Dificuldades no acesso aos mercados, sobretudo no que respeita aos pequenos produtores e às pequenas produções;
- Reduzidos níveis de escolaridade, formação e qualificação da população adulta;
- Risco de agravamento dos problemas de coesão social decorrentes dos elevados níveis de desemprego e do envelhecimento da população;
- Aumento do fenómeno migratório pela falta de oportunidades de emprego no território.

6.2.3. Oportunidades

- Disponibilidade de financiamentos via Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no âmbito dos vários Programas Operacionais do Portugal 2020 para atividades empresariais com potencial para reforçar a competitividade empresarial do concelho;
- Disponibilidade de apoios e incentivos à contratação e à criação da própria empresa financiados pelo IEFP;
- Crescente interesse pelo turismo rural;
- Valorização crescente dos consumidores dos produtos tradicionais de qualidade e produtos biológicos;
- Difícil transmissão das habilidades técnicas e artesanais que dificulta a deslocalização e atrai investimento em atividades produtivas.
- Localização de serviços partilhados da empresa “Altice”.

6.2.4. Ameaças

- Persistência da crise económica;
- Decréscimo das transferências da Administração Central para os municípios;
- Incapacidade de gerar receitas próprias por parte dos municípios;
- Dificuldade na obtenção de crédito para empresas que operam em setores tradicionais;
- Concorrência de destinos turísticos com ofertas similares;
- O crescente poder comercial das grandes superfícies e a concorrência de preços de produtos agrícolas estrangeiros;
- A atração que áreas mais dinâmicas do País e do estrangeiro exercem sobre a população mais jovem e ativa levando à sua saída;
- Dificuldade de fixação de recursos humanos qualificados devido aos défices da estrutura produtiva regional como também, a atratividade de localizações em outras regiões do país e do estrangeiro;
- Restrições da oferta de serviços públicos de educação, de saúde e sociais, derivada de decisões políticas;
- Diminuição da população ativa devido ao envelhecimento da população e à emigração dos mais jovens.

7. Propostas para o Desenvolvimento Económico dos Territórios de Baixa Densidade dos Municípios do Alto Ave

Os programas disponibilizados pelo Portugal 2020, devem lutar contra as desigualdades sociais e a pobreza territorial, construindo para tal, instrumentos de coesão social e territorial, nas áreas da saúde, educação e trabalho (Portugal 2020, 2014). Para isso a comunidade deve conseguir identificar as suas limitações/necessidades para posteriormente trabalhar de forma a rentabilizar as ferramentas que estão à sua disposição (Ramos & Patrício, 2014). “As autarquias locais devem assumir um papel catalisador das forças sociais da comunidade, de forma a que as mesmas tenham uma participação ativa” (Menezes, 2001).

Para criar processos de desenvolvimento territorial é necessário a participação e cooperação dos vários atores locais existentes no território, e só dessa forma possibilitar e promover uma melhor qualidade de vida das pessoas que vivem nessa região (Melo, 2012). A implementação destes programas, diferem consoante a zona geográfica, pelo que importa conhecer os diferentes problemas e oportunidades de cada região (Reis, 2012). Deste modo, reconhecer e privilegiar o potencial humano existente é fundamental para o desenvolvimento, são eles que melhor conhecem os seus problemas, bem como as oportunidades e as necessidades existentes (Reis, 2012). Sendo assim, as fontes de desenvolvimento residem na própria população (Polèse, 1998).

Os territórios de baixa densidade em estudo devem de acordo com as suas especificidades, privilegiar uma estratégia de desenvolvimento territorial que estimule a valorização económica dos recursos endógenos. Esta estratégia obriga a apostas firmes no reforço da atratividade territorial, na promoção da capacidade de iniciativa e de empreendimento, no incentivo à criatividade e à inovação e na garantia de limiares mínimos de equidade e coesão social e territorial (Martins, Milheiro, Alves, Nunes & Cardoso, 2013).

7.1. Setores de Atividade para Desenvolver

Os municípios em análise, dispõem de uma riqueza paisagística, de recursos, produtos e património que devem ser aproveitados e potenciados, de modo a gerar valor e atratividade. Para potenciar a estratégia de desenvolvimento local, é necessário que

ambos os atores orientem os seus esforços para os mesmos objetivos. Sendo necessário que os empreendedores e empresas conheçam os setores que mais se adequam às especificidades das regiões podendo surgir assim oportunidades de negócio vantajosas.

De acordo com o processo de recolha de informação e através da análise SWOT realizada, a estratégia de desenvolvimento assente na endogeneidade territorial, deve nos próximos anos concentrar as suas intervenções nos seguintes setores: Agricultura e Pecuária e no Turismo Rural. As potencialidades destes setores justificam que as iniciativas empresariais que venham a surgir se enquadrem nesses ou em setores relacionados.

7.1.1. Agricultura e Pecuária

Nestes municípios, o setor agrícola apresenta potencialidades significativas, nomeadamente pelo facto de possuir produções de qualidade já reconhecidas a nível nacional. Neste âmbito, destacam-se as produções de carne bovina, o fumeiro e o vinho verde.

Relativamente à carne de bovina, tem-se verificado um aumento de produtores, deixando a produção de autoconsumo e passando a comercializar os seus produtos. A qualificação das produções, assente na certificação e no controlo das mesmas, tem permitido manter a diferenciação do produto e moderar a redução das margens de comercialização. A produção de carne Barrosã, com Denominação de Origem Protegida (DOP), carne essa que é vendida em todo o território nacional do continente, sendo igualmente exportada para França e Bélgica, entre outros países, tem crescido abaixo da média, devido à sua limitada rentabilidade, quando comparada com carnes de raças não autóctones.

A produção de fumeiro, nos últimos anos tem denotado um acentuado crescimento, sendo que mesmo assim, a oferta ainda é insuficiente para atender à procura. A Feira do Fumeiro é uma oportunidade excelente para a comercialização direta dos produtos, mas acima de tudo para difundir a imagem de marca e reforçar a diferenciação face à concorrência.

A estratégia a adotar futuramente nos vários subsectores deverá ser substancialmente diferente. No caso da produção de carne bovina, as oportunidades para o setor estão relacionadas ao crescimento no mercado nacional, mas também à expansão das vendas para o exterior, nomeadamente para nichos de mercado médio-alto e gourmet,

especialmente em países do Centro e Norte da Europa. Para colocar os produtos nestes mercados é fundamental o esforço conjunto dos produtores, de forma a dar resposta às encomendas, em termos de qualidade/homogeneidade e, sobretudo, de quantidade. Sendo extremamente importante garantir a qualidade do processo de produção animal e a certificação do produto final.

No caso do fumeiro, a estratégia passa pelo preenchimento da procura nacional e pela exportação das produções. Para garantir esta procura desatendida é expandir a produção e criar veículos para a comercialização profissional das mesmas. Convém também criar instrumentos de modo a homogeneizar, aglutinar e comercializar a produção de produtores de pequena escala. Para isso, é necessário apoiar a criação de entidades de comercialização da produção, que garantam a sua homogeneidade, controlam a sua qualidade, regulem os preços de venda, realizem campanhas de marketing e comunicação e negociem contratos de comercialização com as principais distribuidoras. Sendo que a prioridade destes produtores, deve passar pelo fortalecimento da imagem de marca territorial.

Para além dos produtos expostos anteriormente, existem um conjunto de produções agrícolas, tais como mel, plantas medicinais. No caso do mel, atualmente existe um número significativo de produtores locais, ainda que o escoamento das produções ocorre essencialmente nos eventos locais. As plantas medicinais dão origem também a boas oportunidades de negócio, como por exemplo, a empresa Earth Essences da Póvoa de Lanhoso, que se dedica à produção biológica certificada de plantas aromáticas, medicinais e extração dos seus óleos essenciais para vender a farmacêuticos e indústria de cosmética.

Por último, existem oportunidades de negócio ao nível da agricultura biológica, estes concentram-se na produção de cogumelos, de trufas e de frutos silvestres.

A região apresenta as condições naturais ideais para a produção de excelentes vinhos verdes, assim como espumantes, aguardentes e licores. Deste modo, estas produções devem ser também melhor exploradas como fonte de complementação de rendimentos.

Segundo um estudo realizado pela Universidade do Porto, sobre o desenvolvimento da agricultura do Norte de Portugal, os especialistas universitários indicam a alteração do paradigma atual de agricultura extensiva para um centrado na agricultura em estufa (frutas, legumes e flores) e a incorporação de um maior nível tecnológico que irá “potenciar a rentabilidade económica (através do aumento da

produtividade, qualidade e o fornecimento contínuo dos produtos ao longo do ano) e aumentar a atratividade para a instalação de jovens agricultores (Larguesa, 2013).

Outros setores relacionados com o mundo rural, podem constituir uma fonte de oportunidades, nomeadamente o artesanato, a tecelagem e a produção de acessórios com referência identitária. Um exemplo disto está presente no município da Póvoa de Lanhoso, onde o linho e a arte filigrana, são atividades económicas de reconhecido valor cultural e social. Sendo que é necessário desenvolver iniciativas que impulsionem o seu conhecimento e reconhecimento, de forma a revitalizar comercialmente os mesmos, bem como os restantes produtos da região.

7.1.2. Turismo

O setor do Turismo é um dos principais motores da economia nacional, traduzindo-se numa atividade capaz de promover a coesão social e territorial. Reconhecendo a importância do turismo como um dos motores da economia, a Comissão Europeia (1998) elegeu-o como um sector prioritário no desenvolvimento da política comunitária, por concorrer para a criação de riqueza, o aumento de rendimentos, a construção de infraestruturas e a formação de recursos humanos (Fonseca & Ramos, 2009).

Idêntico, o XII Governo Constitucional identificou o turismo como uma das cinco áreas decisivas para um desenvolvimento sustentável. O turismo é uma fonte de rendimento entre as mais importantes e apetecidas, contribui para a valorização do património natural e cultural do País, bem como a melhoria da qualidade de vida dos portugueses, contribui para a atenuação das assimetrias regionais, para o aumento das receitas externas e o combate ao desemprego. É considerado como uma das poucas soluções para se sair de uma crise local ou regional, e isso explica o multiplicar de projetos turísticos em toda a parte, em particular nos espaços rurais e nas zonas mais distantes e inabitáveis (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, 2015)

O turismo constitui uma estratégia para o aproveitamento dos recursos próprios a cada território, assumindo-se como uma das atividades que pode ser importante fator de desenvolvimento. Deste modo, o setor turístico deve implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico à escala nacional, regional e local (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, 2015).

A região Norte de Portugal dispõe de um diversificado e diferenciado conjunto de recursos turísticos por explorar que devem ser valorizados e potencializados (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, 2015). O Minho encontra-se com um potencial com grande futuro nas correntes turísticas europeias e ocidentais, ao ponto de a União Europeia o acolher e encorajar no âmbito dos programas de financiamento.

Em Vieira do Minho e na Póvoa de Lanhoso, o turismo apresenta um grande potencial de desenvolvimento, devido, especialmente, à existência de um património ambiental e paisagístico distintivo e à excelente preservação do seu património etnográfico. A diversidade de recursos turísticos presentes nestes municípios constitui oportunidades significativas para o desenvolvimento do turismo na região. Neste âmbito, destaca-se:

- Património histórico, religioso e cultural;
- Parques naturais e albufeiras;
- Planaltos montanhosos, natureza e paisagens;
- Festas e romarias;
- Gastronomia e vinhos verdes;
- Produtos locais;
- Artesanato;
- Aldeias rurais;
- Caça e pesca;

Decorrente dos recursos turísticos existentes nos territórios em análise, poder-se-á identificar um conjunto de produtos turísticos prioritários, que deverão ser desenvolvidos nestes concelhos.

Figura 7: Produtos Turísticos Prioritários



Fonte: Elaboração própria

Os recursos e produtos turísticos anteriormente identificados devem ser privilegiados com vista à promoção e ao desenvolvimento da região. Seguidamente, apresenta-se uma síntese dos produtos turísticos prioritários identificados anteriormente, bem como outros produtos turísticos relacionados que podem ser uma fonte de oportunidade para novos negócios.

Turismo de Natureza

A motivação principal para a procura deste produto é contactar diretamente com a Natureza, nomeadamente, passeios, excursões, percursos pedestres ou atividades mais exigentes e intensivas como, por exemplo, *rafting, kayaking ou climbing*. É de salientar que há uma procura secundária considerável por este produto turístico. Sendo que

apresenta uma tendência de expansão, registando-se uma taxa de crescimento médio anual de cerca de 7% (Turismo de Portugal, 2006).

Turismo Náutico

A motivação principal para a procura do Turismo Náutico é desfrutar de uma viagem onde se está em contacto com a água, podendo realizar diversas atividades náuticas, tanto em lazer como em competição.

Turismo Histórico-Cultural

O Turismo Histórico-Cultural situa-se numa procura primária (turismo histórico-cultural per si) ou secundária (complementarmente a outros produtos turísticos). Neste contexto, verifica-se uma importância elevada da internet como canal de informação, reserva e compra, não só de pacotes como também de viagens à medida.

A motivação principal da procura de viagens turísticas, foca-se na Gastronomia e nos Vinhos. Esses consumidores vêm com o propósito de usufruir de produtos típicos e aprofundar o conhecimento sobre o património gastronómico e enológico de uma dada região.

Segundo o Turismo de Portugal, a procura primária de viagens internacionais de Gastronomia e Vinhos gerada na Europa é composta por 600 mil viagens de uma ou mais noites de duração. A procura secundária, viagens realizadas por outras motivações, mas durante as quais os turistas também realizam atividades relacionadas com estes produtos, é estimada em cerca de 20 milhões de viagens. Assim, a Gastronomia e os Vinhos constituem-se como uma ótima oportunidade para diversificar a oferta de um destino e atrair os consumidores de outras tipologias de turismo, tais como as viagens culturais, de saúde e bem-estar ou de natureza. Por outro lado, tem-se verificado um desenvolvimento da cultura gourmet, gerando uma forte expansão do sector de viagens de Gastronomia e Vinhos.

Por último, existem outras oportunidades de negócio em outros produtos turísticos relacionados, tais como, o turismo ligado ao Golf, no qual Vieira do Minho já tem previsto um investimento para a construção de um campo de golfe e de um hotel de cinco estrelas junto à albufeira do Ermal. A motivação principal para a realização destas viagens, prende-se no facto de praticar este desporto em campos diferentes do habitual, em

associação com outros produtos turísticos. Esta diversidade de recursos, produtos, património e as várias iniciativas territoriais existentes nestes municípios, aliados a uma procura por explorar reforçam a existência de oportunidades no setor do turismo para os próximos anos.

7.2. Mecanismos de Financiamento

Neste subcapítulo, irei realizar uma análise sobre alguns dos mecanismos mais comuns utilizados nos últimos anos, para financiar projetos de iniciativas privadas nos setores de atividade a desenvolver apresentados no capítulo 6. A finalidade seria promover o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, a redução das desigualdades regionais nos Concelhos de Vieira do Minho e da Póvoa de Lanhoso.

Os empreendedores e investidores destes territórios de baixa densidade, devem estar atentos às oportunidades de financiamento do Portugal 2020, nomeadamente aos Programas Operacionais Temáticos do Continente, aos Programas Operacionais da Região Norte e aos Programas de Desenvolvimento Rural do Continente. É fundamental definir de forma clara qual é o projeto, e quais são os objetivos que se pretendem alcançar. Isto é essencial para a empresa, mas também para a aprovação da candidatura. Definido o projeto que se pretende implementar na empresa, é hora de identificar qual o Programa Operacional do Portugal 2020 mais ajustado à mesma, para que esta consiga a obtenção de financiamento. Para a realização desta tarefa, deve-se consultar os objetivos temáticos e prioridades de investimento de cada Programa Operacional, citados anteriormente no capítulo 4.

O Balcão 2020 é o portal de submissão e gestão de todas as candidaturas aos fundos comunitários do Portugal 2020, mas também o sítio ideal para a recolha de informações e para o registo da empresa. É lá que podem encontrar o calendário com os concursos que serão abertos durante os próximos meses, permitindo que as empresas consultem a listagem e identifiquem as melhores oportunidades para submeterem as suas candidaturas atempadamente. Os projetos apoiados pelo Portugal 2020 têm uma duração máxima para aprovação de 24 meses. Na qual apresenta várias fases de implementação, por isso é fundamental estruturar o projeto para que seja possível a concretização faseada dos objetivos.

7.2.1. Agricultura

Os empreendedores e investidores do setor da agricultura devem estar atentos às oportunidades de financiamento do Portugal 2020, nomeadamente:

PDR 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020 (PDR 2020), são apoiados na Medida 3 – Valorização da Produção Agrícola (jovens agricultores, investimentos na exploração agrícola, investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas, infraestruturas coletivas).

- **Ação 3.1 – Jovens Agricultores**

Relativamente aos Jovens Agricultores, a Ação 3.1, pretende estimular a renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas e ampliar a atratividade do setor agrícola aos jovens investidores. A entrada de novos agricultores, com melhores qualificações técnicas e de gestão, será crucial para a dinamização do sector. Este processo de renovação geracional vai contribuir para contrariar o grau de envelhecimento acentuado e o nível de educação baixo, com as inerentes dificuldades na adesão a formas de agricultura mais eficientes e sustentáveis (Portugal 2020, 2014).

Nos últimos anos há uma procura crescente de jovens empreendedores com projetos inovadores na utilização dos recursos da terra e no desenvolvimento do meio rural. Deste modo, esta ação procura desenvolver a atratividade do sector a jovens investidores.

- **Ação 3.2.1 – Investimentos na Exploração Agrícola**

Dentro da Medida 3, consta também a ação 3.2.1 – Investimentos na Exploração Agrícola, que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas, promovendo a inovação, a formação, a capacitação organizacional e preservar e melhorar o ambiente (Portugal 2020, 2014).

- **Ação 3.3.1 – Investimento na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas**

Idêntica, a ação 3.3.1 - Investimento na Transformação e Comercialização de

Produtos Agrícolas, pretende promover a expansão e a renovação da estrutura produtiva agroindustrial, potenciando a criação de valor, a inovação, a qualidade e segurança alimentar e a internacionalização do setor e, ainda, preservar e melhorar o ambiente (Portugal 2020, 2014).

A Medida 4 - Valorização dos Recursos Florestais, apoia investimentos que visam o aumento do valor dos produtos agroflorestais através da criação e modernização das empresas de transformação, adaptação às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos, participação dos produtores agroflorestais, novos produtos, processos e tecnologias e processos de certificação e integração no mercado, numa gestão eficiente dos recursos e no uso de energias renováveis (Portugal 2020, 2014).

A Medida 5 - Organização da Produção, apoia a promoção da organização, através do apoio aos Agrupamentos e Organizações de Produtores, como forma de fazer frente a um dos principais problemas estruturais do setor. E assim, contribuir para aumentar a capacidade de gerar valor a montante e contrariar o desequilíbrio que se verifica na cadeia de valor (Portugal 2020, 2014).

Para os investidores do setor da agricultura que poderão ter também interesse nas ações específicas de apoio à agricultura biológica, às culturas permanentes tradicionais, ao pastoreio extensivo, à apicultura, à silvicultura sustentável e à gestão de recursos cinegéticos e aquícolas estão incluídos no Programa na Medida 7 e 8.

A Medida 10 – LEADER, inclui os apoios previstos no âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária. Esta medida é composta por estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local, difundidas pelas comunidades locais para dar resposta às necessidades de desenvolvimento local e ao contributo específico que o sector agrícola e agroindustrial pode dar ao nível de intervenções de pequena dimensão (Portugal 2020, 2014).

SI2E – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego

O SI2E pretende estimular iniciativas empresariais e a conceção de emprego em territórios de baixa densidade. De modo, a promover o desenvolvimento e a coesão económica e social do país.

Este apoio, destina-se ao financiamento de qualquer setor, particularmente ao setor da pesca e aquicultura, ao setor da produção agrícola primária e florestas, ao setor da transformação e comercialização de produtos agrícolas e transformação e

comercialização de produtos florestais e a projetos de diversificação de atividades nas explorações agrícolas, bem como, projetos que incidam na área das financeiras, seguros, defesa, lotarias e outros jogos de apostas.

7.2.2. Turismo

Os fundos comunitários do programa Portugal 2020 apoiam projetos que tenham como objetivo ajudar Portugal a posicionar-se como o destino com maior crescimento turístico da Europa até 2020.

Os incentivos disponíveis visam a requalificação das unidades hoteleiras já existentes e por outro lado a criação de novas unidades. Os incentivos para este setor, cobrem as despesas de construção e infraestruturas (eventualmente a construção de novos imóveis), a aquisição de equipamentos básicos e equipamentos de hotelaria, bem como despesas com imagem e promoção.

Os empreendedores e investidores do setor devem estar atentos às oportunidades de financiamento do Portugal 2020, nomeadamente:

PDR 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

Os apoios ao turismo estão previstos no âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária, na qual contêm apoios específicos para as atividades de serviços de alojamento turístico, de recreação e lazer.

Ação 10.2.1.3 - Diversificação de atividade na exploração

Dentro da medida 10, consta a ação 10.2.1.3 - Diversificação de Atividade na Exploração, que visa apoiar investimentos referentes às atividades de alojamento turístico, serviços de recreação e lazer, atividades dos serviços relacionados com a agricultura, silvicultura e exploração florestal, quando estas são uma forma de diversificar as atividades na exploração agrícola (Portugal 2020, 2014).

- **Ação 10.2.1.6 – Renovações da Aldeia**

A ação 10.2.1.6 – Renovações da Aldeia, tem como objetivo a preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais (paisagístico e ambiental, incluindo ações de sensibilização) (Portugal 2020, 2014).

Norte 2020 - Programa Operacional da Região do Norte 2014-2020

No âmbito do Programa Operacional da Região Norte para 2014-2020 (Norte 2020), os eixos prioritários diretamente relacionados com o setor do turismo são os seguintes:

- **Eixo 4 – Qualidade Ambiental**

O Eixo 4 – Qualidade Ambiental, promove a valorização da excelência do património cultural e natural no contexto de estratégias regionais distintivas de desenvolvimento turístico, bem como, promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística dos territórios de baixa densidade e de ocupação dispersa enquanto fator de diferenciação e afirmação regional (Portugal 2020, 2014).

- **Eixo 6 – Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores**

Um dos objetivos específicos do Eixo 6 – Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores, é garantir a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade (Portugal 2020, 2014).

Linha de Apoio à Qualificação da Oferta

A Linha de Apoio à Qualificação da Oferta é um instrumento de crédito que resulta de uma parceria do turismo de Portugal com o sistema bancário. Esta visa proporcionar às empresas do setor do turismo, melhores condições no acesso ao financiamento de médio e longo prazo de projetos de investimento que se traduzam, sobretudo, na criação de empreendimentos turísticos inovadores, na requalificação de empreendimentos turísticos, assim como no desenvolvimento de projetos na área da animação turística e da restauração (Mendes, 2015).

+ *Património + Turismo*

O programa + Património + Turismo, pretende estimular a criação de *startup* e de novos negócios, nomeadamente de base local ou regional, associados ao turismo e à valorização do património cultural e natural do país (Mendes, 2015).

8. Conclusão

O intenso processo de despovoamento é uma realidade a que a maioria dos concelhos do interior e das zonas rurais tem vindo a sentir. As populações dirigem-se para as cidades à procura de melhores condições de vida. Em geral, estes territórios de baixa densidade, sofrem dificuldades a diferentes níveis, tais como, aspetos demográficos, económicos, institucionais e relacionais. Este conjunto de défices impede esses territórios de assegurarem o seu crescimento e de travar a desertificação e o envelhecimento da população. São territórios caracterizados pelo despovoamento, por estagnação e atraso, o que, a juntar à falta de oportunidades e consequente abandono da população mais jovem, contribuem para o aumento considerável do índice de envelhecimento.

Da análise efetuada aos municípios de Vieira do Minho e da Póvoa de Lanhoso, constatou-se uma redução dos seus efetivos populacionais, uma quebra da população mais jovem, bem como um aumento da população em idade mais avançada. Este envelhecimento populacional está associado à diminuição do crescimento natural, nomeadamente, à diminuição progressiva da taxa de natalidade. Esta realidade da ameaça de despovoamento e de envelhecimento da população tem consequências no desenvolvimento regional e local, quer pela falta de investimento quer na renovação e expansão da economia local ou regional. Tais fatores originam níveis de desajustamento social e económico difíceis de reverter. A inversão deste fenómeno requer medidas políticas em diversas áreas, para que se criem condições para a revitalização destes territórios e a retenção de valor acrescentado. Quaisquer que sejam as medidas propostas, elas deverão passar por estratégias adaptadas à realidade geográfica e às necessidades das populações, tendo como consequência a melhoria das condições de vida dos residentes e o aproveitamento dos recursos naturais.

Através da análise SWOT realizada a estes municípios do Alto-Ave, conclui-se que existe potencial para o desenvolvimento destes territórios, como é o caso do turismo, devido ao seu grandioso património natural, bem como os produtos endógenos que provêm da agricultura e do artesanato. Estas potencialidades não têm sido devidamente aproveitadas, devido ao facto de os habitantes não possuírem uma atitude empreendedora como também qualificações para tal.

A cultura regional deve ser encarada como uma forma de defesa contra as forças da globalização. Nos próximos anos, o artesanato, os produtos endógenos e o turismo

tornar-se-ão provavelmente numa das principais alavancas para o desenvolvimento económico local e, simultaneamente, um fator de coesão e de dinamismo regional.

Para que este cenário seja uma realidade, recomenda-se que os investimentos futuros, sejam nos setores de investimentos prioritários mencionados neste estudo, nomeadamente na valorização dos recursos endógenos, como a agricultura, a pecuária e o turismo rural. Sendo importante salientar, que para assegurar uma oferta turística de qualidade é indispensável que haja todo um conjunto de serviços e infraestruturas que ajudem a satisfazer a experiência turística, portanto há necessidade de melhorias desses serviços.

Hoje em dia é notório o aumento da competitividade no mundo, por isso os produtos endógenos devem estar ligados e acessíveis a potenciais clientes. O sucesso de um produto característico de uma região passa pela eficiente comunicação/promoção, canais de distribuição e pela adequada relação qualidade-preço. Assim, conclui-se que nestes territórios apesar da população considerar a agricultura fundamental, há uma ausência de uma atitude empreendedora e cooperativa. Tendo em conta os mecanismos de financiamentos disponíveis pela União Europeia, nomeadamente a Europa 2020, estes territórios têm de aproveitar as oportunidades que estes programas fornecem, tornando-os assim o principal catalisador de desenvolvimento no meio rural.

Por último, espera-se que o estudo produzido seja uma mais-valia para estes territórios que anseiam por desenvolvimento e por uma melhoria de condições de vida das suas populações.

Referências Bibliográficas

- Araújo, R. D. C. (2014). Análise sobre a monocultura de soja e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia com base na teoria do Desenvolvimento Endógeno. *Economia e Desenvolvimento*, 26(1).
- Ascani, A., Crescenzi, R., & Iammarino, S. (2012). Regional Economic Development : A Review. *Department of Geography and Environment, London School of Economics and Political Science*.
- Azevedo, N. M. (2010). *Tempos de Mudança nos Territórios de Baixa Densidade. As dinâmicas em Trás-os-Montes e Alto Douro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Baganha, M. I., & Marques, J. C. (2001). População. *Estatísticas Históricas Portuguesas*, 33–126. Acedido a 25 de Maio de 2016, na base de dados INE.
- Baleiras, R. N. (2011). Collective efficiency strategies: a policy instrument solution to boost competitiveness in low-density territories. *51st Congress of the European Regional Science Association: "New Challenges for European Regions and Urban Areas in a Globalised World,"* 1–26.
- Baptista, F. O. (2001). *Agriculturas e Territórios*. Oeiras: Celta Editora.
- Buarque, S. (1999): *Metodología de planeamiento do desenvolvimento local e municipal sustentable*, Recife, Brasil, Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA).
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2015). *Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal*. Porto: CCDR-N.
- Dabson, B. (2005). *Regional Competitiveness, Innovation and Entrepreneurship*. Columbia: University of Missouri.

- Ferrão, J. (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *EURE (Santiago)*, 26(78), 123-130.
- Ferrão, J., & Lopes, R. (2003). Zones rurales et capacité entrepreneuriale au Portugal: pratiques, représentations, politiques. *Géographie Économie Société*, 5(2), 139-160.
- Fonseca, F., & Ramos, R. (2009). Impactos do turismo em espaço rural O caso do município de Almeida. *Revista de estudos ibéricos*.
- Franco, A. (2001). *Capital social*. São Paulo: Millennium Editora.
- Gómez, J., Freitas, O. & Callejas, G. (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições.
- Goodman, D. (2003). The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, 19(1), 1–7.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso*. Lisboa :Principia.
- Hoy, F. (1983). A program for rural development from inception through implementation. *Journal of Community Development*, 14, 33-49.
- Jiménez, E. M. (2002). Glocalization: new theoretical approaches to regional (subnational) development in the context of economic integration and globalization. *Integration & Trade*, 6(16), 199-231.
- Kay, C. (2009). Development strategies and rural development: exploring synergies, eradicating poverty. *Journal of Peasant Studies*, 36(1), 103–137.

- Larguesa, A. (2013). Estufas são aposta para rentabilizar agricultura no Norte. *Jornal de Negócios*. Consultado em Maio 20, 2017, em <http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/estufas-sao-aposta-para-rentabilizar-agricultura-no-norte>
- Martins, A., Milheiro, E., Alves, J., Nunes, J., & Cardoso, L. (2013). *O Futuro do Mundo Rural em Questão Atas do I Congresso de Estudos Rurais do Norte Alentejano*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.
- Martins, N., & Figueiredo, C. (2008). *PROVERE- Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos - Das ideias à acção: Visão e Parcerias*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.
- Melo, J. D. (2012). A problemática e as políticas de desenvolvimento local. *Compêndio de Economia Regional*, 498-516.
- Mendes, M. (2015). *Linha de apoio à qualificação da oferta e empreendimentos no turismo*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- Menezes, M. (2001). *As práticas de cidadania no poder local comprometido com a comunidade*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Meyer-Stamer, J. (2001). *Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung.
- Minho Portugal (2017). A história do minho. Consultado em 20 de maio de 2017 em <http://portugalminho.webnode.pt/historia-do-minho/>
- Moran, W. (1993). Rural space as intellectual property. *Political geography*, 12(3), 263-277.
- Orduna, M. (2000). *La educación para el desarrollo local: una estrategia para la participación social*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra.

- Pezzini, M. (2001). Rural Policy Lessons From OECD Countries. *Internacional Regional Science Review*, 24(1), 134–145.
- Pike, A., Rodríguez-Pose, A., & Tomaney, J. (2007). What Kind of Local and Regional Development and for Whom?. *Regional Studies*, 41(9), 1253–1269.
- Pinilla, V., Ayuda, M.I., & Saez, L.A. (2008). Rural depopulation and the migration turnaround in Mediterranean Western Europe: a case study of Aragon. *Journal of Rural and Community Development*, 3, 1–22.
- Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., & Ribeiro, C. (2014). *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014*. Lisboa: Observatório da Emigração.
- Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., & Ribeiro, C. (2015). *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2015*. Lisboa: Observatório da Emigração.
- Polèse, M. (1998). From regional development to local development: on the life, death and rebirth of regional science as a policy relevant science. *Canadian Journal of Regional Science/Revue Canadienne Des Sciences Régionales*, 3, 299–314.
- Portugal 2020 (2014). Programa de Desenvolvimento Rural, Lisboa: Portugal 2020.
- Portugal 2020 (2014). *Programa Operacional de Capital Humano*, Lisboa: Portugal 2020.
- Portugal 2020 (2014). *Programa Operacional de Competitividade e Internacionalização*, Lisboa: Portugal 2020.
- Portugal 2020 (2014). *Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego*, Lisboa: Portugal 2020.
- Portugal 2020 (2014). *Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos*, Lisboa: Portugal 2020.

- Portugal 2020 (2014). *Programa Operacional Regional do Norte, Lisboa: Portugal 2020.*
- Ramos, M. D. C. P., & Patrício, O (2014). Políticas e Estratégias de Coesão Económica, Social e Territorial para um Desenvolvimento Sustentável. *Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 316-335.
- Ray, C. (1998). Culture, intellectual property and territorial rural development. *Journal of the European Society for Rural Sociology*, 38(1), 3-20.
- Reis, D., Simões, J. P., Greatti, L., & Pizzi, R. F. (2006). Empreendedorismo e desenvolvimento local sustentável. *Caderno de Administração*, 14(2), 14-24.
- Reis, P. (2012). Desenvolvimento local: o binómio turismo / áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local. *Educação/Formação*, 6, 155–172.
- Rinaldi, F. M. (2016). Evaluation and Program Planning: From local development policies to strategic planning- Assessing continuity in institutional coalitions. *Elsevier*, 56, 76–87.
- Schumpeter, J. A. (1976). *Capitalism, socialism and democracy*. London: Routledge.
- Silva, Â., Lima, F., & Chamusca, P. (2010). Estratégias de eficiência colectiva em territórios de baixa densidade: reflexões a propósito do Minho-Lima e do Tâmega. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. *XII Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto.
- Sociedade Portuguesa de Inovação. (2006). *Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Penela*.
- Stathopoulou, S., Psaltopoulos, D., & Skuras, D. (2015). Rural entrepreneurship in Europe. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 10(6), 404-425.

Suarez-Villa, L. (2000) Innovative capacity, infrastructure and regional policy.
Infrastructure and the Complexity of Economic Development, 251–270.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2014).
World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights
(ST/ESA/SER.A/352).

Apêndice A – Grelha de Análise das Entrevistas

Eixos de Análise	Dimensão de Análise	Fatores	Excertos das Entrevistas
Territórios de Baixa Densidade	Desertificação e Abandono	Envelhecimento	“O aumento da esperança média de vida com a diminuição da taxa de natalidade a juntar às profissões dominantes (área agrícola/pecuária), cada vez mais, a população procura oportunidades nos grandes centros urbanos, que por consequência acabam por se fixarem nesses mesmos centros, onde investem, constituem famílias, fazendo dos concelhos apenas um destino de férias/fim de semana. Com isso, a economia local, o comércio tradicional, sai prejudicado. Menos população, menos investimento, menos fixação.” (E.1)
		Baixa Natalidade	
		Migração	“(...) vê-se que ninguém tem interesse em combater-la, quando eu digo isto, falo da administração do país. Os sucessivos governos têm contribuído sistematicamente para que ela cada vez se acentue mais (...) os investimentos são sempre feitos à beira mar, e juntos dos grandes centros, das grandes Metrópolis, e portanto, os concelhos como Vieira do Minho, estão a ser prejudicados a nível da distribuição de verbas, igualdade de oportunidades (...) eles querem nos tirar tudo, o centro de saúde, as finanças, e por ai fora, assim não é fácil” (E.3)
		Desemprego	“A desertificação de aldeias e o conseqüente envelhecimento da população, além da progressiva diminuição da população, já que não se renova, irá fatalmente interferir nos usos e costumes locais e obstruir o aproveitamento e a renovação de todas as potencialidades do mundo rural.” (E.4)
		Escassa Oferta de Serviços	“(...) se as pessoas saírem ficam lá as pessoas mais idosas que são menos qualificadas (...) se as pessoas mais bem qualificadas saírem, eu perco a capacidade de atrair até novos investimentos.” (E.5)
		Fracas Medidas de Poder Local	

			<p>“Como só as pessoas de mais idade ficam nas aldeias, a taxa de mortalidade aumenta e, conseqüentemente, a aldeia também “morre”. Por outro lado, temos a taxa de natalidade que diminui.” (E.6)</p> <p>“Creio que a falta de oportunidades de emprego, pois a população mais nova tende a emigrar ou deslocar-se ao meio urbano o que provoca, na maior parte das vezes, o abandono das terras habitadas pela população com mais idade.” (E.7)</p>
Eixos de Análise	Dimensão de Análise	Fatores	Excertos das Entrevistas
Desenvolvimento Local	Constrangimentos	Acessibilidade	<p>“(…) o facto de ser um concelho de interior já dificulta na atração de novos investimentos.” (E.1)</p> <p>“(…) na sua maioria, os que permanecem na condição de desempregados têm associada a questão das baixas qualificações.” (E.2)</p> <p>Nos temos aquilo que tem os outros, o nosso problema é estar longe dos grandes centros (…) os constrangimentos são maiores pelas dificuldades de acessos (…) a divisão do terreno e a posse dele, foi sempre uma coisa muito complicado, por isso produzir em grande escala será sempre difícil.” (E.3)</p>
		Baixas Qualificações	<p>“A Dimensão da propriedade, a organização das estruturas rurais e a formação dos recursos humanos.” (E.4)</p> <p>“Estes territórios, Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso, são periféricos. No geral, os territórios de baixa densidade são territórios muito periféricos. Se de facto são</p>

		Divisão Territorial	periféricos, há de haver aqui um grande constrangimento (...) se eles ficam mais desertos, a aposta até da política pública é menor, se a aposta da política pública é menor, a mobilidade sofre, as principais amenidades que levam a atração de investimentos também são menores (...) o constrangimento é que a política pública se há uma desertificação não investe lá, mas sabe que os políticos só investem onde há muita gente, porque é aí que estão os votos.” (E.5)
		Razões Políticas	“Meios públicos de transporte, em termos de horários é muito condicionado.” (E.7)
	Setores Tradicionais	Turismo Rural	“Vieira do Minho tem como principal setor a agricultura. É também uma aposta desta autarquia que presido, promover os Produtores Locais, nomeadamente na oportunidade de venda dos seus produtos nos eventos que desenvolvemos ao longo do ano, só desta forma é permitido a estes produtores escoar o que produzem. É sem dúvida uma oportunidade para a economia local. A agricultura começa finalmente a deixar de ser para sustento próprio para ser comercializada (...) O Turismo Rural é outro dos setores em Vieira do Minho, as mais de 100 casas de turismo rural espalhadas pelo concelho de Vieira do Minho são um impulso importante na economia local.” (E.1)
		Agricultura	“(…) sou mais da opinião de apostar no turismo rural, além de dar algum dinheiro as famílias, é a própria família que toma conta da empresa.” (E.3) “A Valorização das atividades e tradições rurais, agrícolas e artesanais bem como a qualidade dos produtos locais, podem apresentar-se como uma boa oportunidade.” (E.4)

		Artesanato	<p>“Póvoa de Lanhoso tem uma especialização fortíssima no têxtil, também tem na filigrana. Vieira do Minho qual é a especialização? Está muito repartido, talvez o Agroalimentar.” (E.5)</p> <p>“Os setores tradicionais de especialização são uma mais valia económica para o território, porque fazem as pessoas terem o próprio emprego, devido à venda de mel, hortaliças, fumeiro, entre outras coisas. Além dos produtores fabricarem para consumo próprio, também fabricam para vender.” (E.6)</p>
	Investimentos Previstos	Empreendimentos Turísticos	<p>“(…)já está a ser trabalhado todo um projeto para que toda a potencialidade da Serra da Cabreira seja aproveitada ao máximo que por consequência terá retorno económico no concelho. As 4 albufeiras existentes no concelho estão a ser alvo de estudo para que possam ter ainda mais retorno económico nomeadamente a criação de pistas de canoagem, a estrutura do TeleSky na albufeira do Ermal será também uma potencialidade a sofrer melhorias.” (E.1)</p>
		Requalificação de Espaços	<p>“(…) a grande aposta será a abertura da StartUp Póvoa de Lanhoso(…). Por outro lado, pretendemos revigorar os parques industriais existentes apoiando os seus promotores na instalação de empresas (…) podemos destacar a aprovação de um projeto de impacto nacional através da instalação de uma empresa Suíça de painéis fotovoltaicos que vai investir cerca de 24 milhões de euros e criar 100 empregos (...). Ao nível de projetos emergentes, destacamos a empresa Prozis, que desde a sua origem conta com o apoio da autarquia, tendo sido decisiva a sua participação no processo de crescimento e de ampliação das suas instalações, que permitirá a criação de novos 200 postos de trabalho. (...) vamos contar com um Centro Qualifica que foi recentemente aprovado para o nosso concelho (...). Estamos certos de que será um grande apoio para os adultos que necessitam de mais e melhores qualificações.” (E.2)</p>
		Investimentos com Impacto no Emprego e na Formação	<p>“(…) a Camara Municipal está a fazer a recuperação de um edifício que era uma escola primária, para a PT abrir um outro novo call center para dar emprego a cerca de 200 pessoas (...) esse edifício para além de um novo call center, a câmara irá alugar o espaço e também irá criar um espaço para a incubação de empresas.” (E.3)</p>

			<p>“Está previsto em Maio abrir um Call Center da PT em português. Atualmente existe um em francês. Também está prevista a construção de um hotel e campo de golfe perto da Ilha do Ermal.” (E.6)</p>
Potencialidades e Oportunidades	Património Natural		<p>“(…) o papel da autarquia fundamental, na divulgação do artesanato, da gastronomia, eventos desportivos, recuperação do património histórico são algumas das iniciativas com o intuito de promover o desenvolvimento, mas grande desafio passa por criar condições para que se fixem novas empresas em Vieira do Minho, só assim, podemos combater a falta de emprego que por consequência irá permitir o desenvolvimento local (…)</p> <p>o Turismo é sem dúvida uma das bandeiras que queremos reforçar, é o nosso principal objetivo cada vez mais fazer aposta no Turismo Rural, criar condições para que se possam implementar novas unidades hoteleiras. Reforçar as infraestruturas desporto/lazer e atrair novos eventos desportivos de âmbito mundial passam por algumas das estratégias de investimento para o concelho de Vieira do Minho.” (E.1)</p>
	Marcos Históricos e Património Edifícios		<p>“(…) a área da ourivesaria é uma área com grande potencialidade no nosso concelho, contudo, neste momento são as próprias empresas do ramo que capacitam os seus colaboradores face às necessidades que vão sentindo em recrutar, uma vez que não temos qualquer resposta em termos formativos para os jovens nesta área.” (E.2)</p>
	Cultura e Gastronomia		<p>“(…) apostar naquilo que é característica do concelho, que é endógeno ao concelho (…)</p> <p>aposta no turismo porque para além de ser uma terra muito bonita, tem barragens, tem rios, tem montanha, penso que aposta da autarquia de a largos anos para cá, tem sido essa do turismo rural e gastronomia. Por exemplo o ermал que tem um Telesky que é dos poucos da Europa (…)</p> <p>apostando em centros de incubadoras de empresas e zonas industriais que criam e dão a bom preço e as vezes gratuitamente o terreno, a empresas que queiram investir no concelho.” (E.3)</p>

			<p>“A qualidade dos produtos locais bem como o desenvolvimento de técnicas de comercialização. As relações de proximidade entre produtores e consumidores são, na minha perspetiva, uma vertente que precisa ser estudada e debatida porque me parece que pode ser oportunidade de desenvolvimento do mundo rural.” (E.4)</p> <p>“os líderes destes Municípios tem de fazer apostas, como por exemplo Vila Verde, apostou nos produtos endógenos, lenço dos dias dos namorados. Os líderes aqui também tem de apostar no que aqui é uma vantagem comparativa (...) temos de valorizar os produtos endógenos, não é só o Turismo, o Fumeiro, o Agroalimentar, porque hoje esses produtos se forem bem tratados já tem valor acrescentado para se ganhar dinheiro (...). Deveríamos potenciar ainda mais os produtos endógenos, por mais visibilidade, mais marca nos produtos endógenos, bem como na natureza (...) é preciso potenciar a barragem do Ermal usando dinheiros públicos para chamar especialistas, e questionar como é que eu devo fazer isto (...). Estes territórios, tem de fazer o mesmo, apostar mais na visibilidade e no marketing dos seus territórios, nas potencialidades, nas barragens, na natureza, o turismo, os produtos da terra, o agroalimentar, a filigrana.” (E.5)</p> <p>“O turismo. Embora existam muitas casas de turismo, não existem hotéis, spa’s, campo de golfe. Também o Ermal deveria ser mais aproveitado. Embora tenha o TeleSky, acho que o espaço envolvente deveria ser mais cuidado. Tentar divulgar ainda mais as festas do Município (Feira da Ladra, Feira do Fumeiro, etc).” (E.6)</p>
	Intervenções da Administração Central	Apoios/Verbas	<p>“Administração Central, deveria transferir competências para as autarquias locais, só assim se pode desenvolver as verdadeiras necessidades de cada concelho, adotando as melhores práticas a aplicar no território(...). Os territórios de baixa densidade, na minha opinião a Administração Central deve incentivar através de</p>

		Mobilidade e Acessibilidade	<p>uma redução significativa dos impostos para os habitantes destas regiões, só assim, se consegue manter lá as populações e atrair novos habitantes a fixarem-se nestes locais.” (E.1)</p> <p>“a estrada Braga – Chaves, tem um movimento muito bom, e a estrada não tem as mínimas condições de segurança. Por isso, o principal era esse, pelo menos requalificar as estradas até Braga (...). E se pelo menos apoiassem as autarquias com as iniciativas que tomam de fazer parques industriais e depois tentar captar empresas para isentar de impostos empresas que se deslocassem para o interior para que fossem compensadas com os prejuízos que têm inerentes ao facto de estarem longe de tudo” (E.3)</p> <p>“(…) não acredito nos subsídios, mas penso que a formação, a agilização de processos, a ajuda em estratégias facilitadoras da de produção e da comercialização poderão ser preciosas ajudas.” (E.4)</p>
		Redução de Impostos	<p>“No Ermal, Na Filigrana... Os dinheiros públicos deveriam apostar nisto. Quando se falasse na Póvoa de Lanhoso, falava-se na Capital da Arte Filigrana, na Capital do Ouro. Quando se falasse e Vieira do Minho, fala-se no melhor Presunto do Mundo, nos melhores sítios de descanso, no Ermal.” (E.5)</p> <p>“Dar mais apoios para os setores tradicionais. Impostos mais reduzidos para o comércio local, de modo a ser mais fácil abrir estabelecimentos.” (E.6)</p>
	Intervenções da Administração Local	Comunicação/Divulgação	<p>“Para além da política de proximidade, o apoio à natalidade como incentivo a que as famílias se fixem no concelho, o apoio ao arrendamento aos mais necessitados. Só assim conseguimos combater esta abandono do território. A par disso criar</p>

		Apoios/Incentivos	<p>condições para que novas empresas se fixem no concelho são intervenções que devem ser implementadas. Apoio à educação com a criação de uma bolsa de livros do 1º ao 12º ano de escolaridade e apoio na comparticipação de medicamentos são intervenções que aliciam as populações a fixarem no nosso concelho.” (E.1)</p> <p>“Fundamentalmente criar postos de trabalho. Dar a conhecer mais o turismo. Facilitar/Incentivar os comerciantes locais a venderem os seus produtos na feira semanal.” (E.6)</p>
		Criar Postos de Trabalho	
Eixos de Análise	Dimensão de Análise	Fatores	Excertos das Entrevistas
Futuro dos Territórios de Baixa Densidade	Tendências	Desertificação e Abandono	<p>“(…) cada vez mais haverá uma desertificação.” (E.1)</p> <p>“A tendência é ser o paraíso de fim de semana de quem tem muito dinheiro e se pode cá deslocar.” (E.3)</p>

		<p style="text-align: center;">Destino de Férias/Turismo Rural</p>	<p>“A tendência é uma tendência para decair, se não for feito um plano estratégico, com as oportunidades que eu tenho, que valorização posso fazer e como é que eu posso fazer. Eu tenho pontos fortes e oportunidades ali, tenho pontos fracos claro, isto é uma análise SWOT, fazer um plano estratégico de meia dúzia de páginas, pedir aos especialistas um estudo estratégico para os respetivos concelhos. Eu no caso da Póvoa de Lanhoso não teria dúvidas, tem o Castelo, mas tem sobretudo a filigrana. A filigrana temos de a vender lá fora. Fazer uma missão lá fora, trazê-los cá. Fazer um plano estratégico, apostar nos produtos locais. A Câmara deve trabalhar com os agentes económicos locais, pedir a política pública para apoiar neste sentido, não basta ter marca, a marca tem de ter produto. Eu tenho a filigrana, montanha, serras, barragens, carnes, eu tenho de vender isto. A tendência é para morrer se não fizerem um plano estratégico.” (E.5)</p> <p>“(…) penso que não há futuro para os territórios de baixa densidade. Neste momento, os empregos que existem em Vieira são poucos e precários. Existe muitas pessoas para poucos empregos. Penso que estas zonas servirão mais para “casa de férias” do que para morar. Na minha freguesia, 60% da população está emigrada e os mais novos pensam também emigrar, portanto, penso que estas zonas servirão apenas só para lazer.” (E.6)</p> <p>“Maioritariamente, tendência para o abandono das terras, tudo depende de quem governa a região e se potencia o seu desenvolvimento e turismo.” (E.7)</p>
--	--	--	---

